

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
(Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto Operacional

A BRADESPAR S.A., (BRADESPAR, Sociedade ou CONTROLADORA), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

As principais participações societárias diretas e indiretas são:

a) Antares Holdings Ltda. (ANTARES)

A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

b) Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)

A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

c) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

d) Valepar S.A. (VALEPAR)

A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista da Vale S.A. (VALE).

e) Vale S.A. (VALE)

A VALE é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividades preponderantes a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da BRADESPAR (CONTROLADORA) e da BRADESPAR e suas controladas e controladas em conjunto (CONSOLIDADO), em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

A título de informação suplementar estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis da Bradespar S.A. e suas controladas *holding* (CONSOLIDADO *HOLDING*) na nota explicativa 29, considerando que essas informações não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis da Bradespar S.A. O CONSOLIDADO *HOLDING* inclui as empresas BRADESPAR, ANTARES, BRUMADO E MILLENNIUM (nota 5b).

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis, às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Bradespar adotou a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, quando aplicável, os pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo estas as primeiras demonstrações contábeis consolidadas apresentadas pela Companhia de acordo com o *International Financial Reporting* - IFRS. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e

CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido, do resultado e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 7.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial em controladas e coligadas, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

Data de autorização para emissão das demonstrações contábeis

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

3. Principais Diretrizes Contábeis

I) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Bradespar.

II) Ativos Circulante e Não Circulante

a) Circulante e Realizável a Longo Prazo

Os ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “*pro-rata*” dia), ajustados aos valores prováveis de realização, mediante constituição de provisão para perdas, quando aplicável.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante ou no não circulante – realizável a longo prazo.

I. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos a curto prazo

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancário e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a três meses, são reconhecidos a valor justo com movimentações pelo resultado e registrados em investimentos a curto prazo.

II. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado – são registrados nesta categoria os ativos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Os derivativos não designados como instrumento de hedge, estão registrados nesta categoria. Os ativos nesta categoria estão classificados como ativo circulante.
- Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São registrados contabilmente no

ativo circulante, com exceção daqueles com o prazo de vencimentos superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são registrados no ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequente por pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial.

- Disponíveis para venda – são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. São inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são reavaliados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração contábil, sem qualquer dedução relativa a custo de transação que possa ocorrer até a sua venda.

Os investimentos em instrumento de patrimônio líquido que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com segurança o seu valor justo, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas não recuperável. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no valor justo dos investimentos disponíveis para venda são registrados no patrimônio líquido, na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” incluída na rubrica “Outros lucros abrangentes” até o investimento ser vendido ou recebido ou até que o valor justo do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda significativa ou prolongada, momento em que a perda acumulada é transferida para a demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos independentemente da sua data de liquidação financeira.

III. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (VALE)

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

IV. Estoques (VALE)

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, apropriados pelo método de custo médio. O valor líquido de realização dos estoques corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realização da venda. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de minério são reconhecidos no momento em que exista a extração física do minério. Este deixa de fazer parte do cálculo das reservas provadas e prováveis e passa a fazer parte do estoque da pilha de minério e, portanto, não faz parte do cálculo da depreciação, amortização e exaustão por unidade de produção.

Os custos de estoques incluem os ganhos e perdas derivados de operações de *hedge* de fluxo de caixa, na aquisição de material de estoque (matérias primas, preço de produtos, entre outros), inicialmente registrados no patrimônio líquido e transferido para o custo de produto pela realização na venda do produto.

V. Gastos com estudos e pesquisas (VALE)

Os gastos com estudos e pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida. A partir desta comprovação, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo de desenvolvimento de mina.

Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção, os gastos de remoção de estéril, custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais, são contabilizados como parte do ativo na rubrica custo de desenvolvimento de mina. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de minério são tratados como custo de produção.

VI. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros

A Companhia avalia a cada fim de período do relatório se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos financeiros. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, a Companhia reconhece no resultado a perda por *impairment*.

Ativos não financeiros de longa duração

A Companhia analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não financeiro de longa duração não será recuperável. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil desse ativo não financeiro excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo não financeiro (deterioração), cabendo também neste momento a revisão dos ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sofrido redução do saldo contábil por não recuperação, para uma eventual reversão desses valores baixados. Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo não financeiro individualmente, é realizada a análise do valor recuperável dos ativos não financeiros agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente da Unidade Geradora de Caixa – UGC, à qual o ativo pertence.

VII. Arrendamento mercantil – Leasing (VALE)

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento financeiro ou operacional com base na substância do contrato, independentemente de sua forma.

Nos contratos de arrendamento mercantis considerados pelo método financeiro, o menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são registrados no ativo imobilizado tangível com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo. Nos arrendamentos mercantis considerados como métodos operacionais, os pagamentos efetuados são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato como custo ou despesas na demonstração dos resultados do exercício a que pertençam.

b) Investimentos

As participações nos investimentos em coligadas, controladas e controladas de controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, acrescidos/deduzidos de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas por redução ao valor recuperável – *impairment*.

c) Imobilizado (VALE)

O ativo imobilizado representado pelos ativos tangíveis está registrado contabilmente ao custo de aquisição ou produção. Os ativos incluem os encargos financeiros, incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis a aquisição e perdas por não recuperação do ativo.

Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados. A exaustão das jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis.

A Vale não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, visto que não identificou bens de valores relevantes com valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo, principalmente em função do significativo volume de investimentos e aquisições feitos pela empresa nos últimos anos.

Nos casos das ferrovias, onde a Vale é concessionária, os bens adquiridos, vinculados as atividades de concessão de prestação de serviços públicos (bens reversíveis), ao término do período de concessão serão devolvidos ao concedente sem qualquer compensação ou ônus para o concedente. Os ativos imobilizados tangíveis reversíveis são originalmente registrados contabilmente pelo valor de custo de aquisição ou de construção, durante o período de construção. Os ativos vinculados a concessão são depreciados com base na vida útil estimada do ativo, a partir da entrada em funcionamento.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, no resultado, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A depreciação e exaustão dos ativos da Vale, esta representada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Imóveis	10 anos a 50 anos
Instalações	5 anos a 50 anos
Equipamentos	3 anos a 33 anos
Equipamentos de informática	5 anos a 10 anos
Ativos minerários	2 anos a 33 anos
Locomotivas	12,5 anos a 33 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	5 anos a 50 anos
Navios	5 anos a 20 anos
Outros	2 anos a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes (ex.; navios), incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

d) Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor econômico futuro e são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que irão gerar benefícios econômicos para a Companhia, sejam por este controláveis e o respectivo valor possa ser mensurado de maneira confiável.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida não são amortizados, consequentemente estes ativos são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperação (teste de *impairment*). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é registrado contabilmente de maneira prospectiva.

Os ativos intangíveis gerados internamente, quando da fase de pesquisa, têm seus gastos registrados contabilmente na despesa do período quando incorridos. Os gastos com atividades de desenvolvimento (ou fase de desenvolvimento de um projeto interno) são registrados contabilmente como ativo intangível se, e somente se, cumprido todos os requerimentos da norma. O reconhecimento inicial deste ativo corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento requeridos pela norma. Os ativos intangíveis gerados internamente, em um momento subsequente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados contabilmente pelo valor justo na data de aquisição, que equivale ao seu custo. Em um momento subsequente, esses ativos são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

III) Passivos Circulante e Não Circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base “*pro-rata*” dia), quando aplicável.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável antes do imposto de renda considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Nas operações de captação de recursos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado, pela taxa de juros efetiva, de acordo com o prazo da operação.

IV) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº. 594/09.

- Ativos Contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.
- Passivos Contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade, e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remoto não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

V) Fundo de Pensão e Outros Benefícios Pós-Aposentadoria (VALE)

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada – Projected Unit Credit Method, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data de balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. Os ganhos e perdas atuariais são apontados e controlados pelo método do corredor, método esse que somente afetará o resultado do período se ultrapassar os limites de 10% do montante de ativos ou passivos, dos dois o maior, e do montante ultrapassado, a parcela do diferido pelo número de participantes ativos do plano. Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A Vale possui diversos planos de aposentadoria, dentre os quais planos que apresentam situações superavitárias e deficitárias. Para os planos com posição de superávit, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit pela Companhia, ficando somente demonstrado em nota explicativa. Para os planos com a posição deficitária, a Companhia reconhece os passivos e resultados advindos da avaliação atuarial e os ganhos e perdas atuariais gerados pela avaliação desses planos, são reconhecidos no resultado do exercício, segundo o método do corredor. Além dos registros contábeis, os planos deficitários também são demonstrados em nota explicativa.

Com relação aos planos de contribuição definida a Companhia não tem obrigação adicional após a contribuição ser feita.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos e Operações de *Hedge* (VALE)

A Vale utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de negociação. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do período ou em ajustes de avaliação patrimonial em resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge* efetivo, na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado.

O método de registro de um item que está sendo protegido por *hedge* depende da sua natureza. Os derivativos serão designados e reconhecidos como *hedge* de valor justo de ativos e passivos quando existir um compromisso firme, como *hedge* de fluxo de caixa quando um risco específico associado a um ativo ou passivo for reconhecido ou uma operação prevista altamente provável, e como *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início quanto de maneira contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

No *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações de valor justo designada e qualificada como *hedge*, nesta modalidade, é registrada contabilmente no patrimônio líquido em resultados abrangentes. A parcela efetiva lançada no patrimônio líquido em resultados abrangentes, somente será transferida para o resultado de período, em conta de resultado apropriada para o item protegido (custo, despesa operacional, despesa financeira etc.) quando o item protegido for efetivamente realizado. Entretanto, quando um item objeto de *hedge* prescrever, for vendido, ou quando um *hedge* não atender mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho e perda acumulado existente, no momento, permanecerá registrado no patrimônio até que a operação prevista seja realizada e finalmente reconhecida no resultado.

Os instrumentos derivativos que não se qualificam para o registro contábil como *hedge*, suas variações de valor justo deverão ser registradas imediatamente no resultado do período, que são os derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

VII) Resultado do Exercício

É apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

VIII) Lucro por Ação

É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento do balanço.

4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente dos ativos e passivos, em cada período, e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentadas:

Reservas minerais e vida útil de minas (VALE)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Vale assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar

impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

Custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas (VALE)

Os gastos incorridos relacionados ao cumprimento das regulamentações ambientais são registrados no resultado ou capitalizados. Esses programas foram criados para minimizar o impacto ambiental das atividades.

A Vale reconhece uma obrigação segundo o valor de mercado para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer que sejam assumidas premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

Imposto de renda e contribuição social

A determinação da provisão para imposto de renda ou o imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de *commodities*, custos operacionais, planos de reestruturação, custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

Contingências

Os passivos contingentes são registrados e/ou divulgados, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências, encontram-se dispostas em notas explicativas das demonstrações contábeis.

O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações contábeis é feito quando o valor da perda possa ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Vale, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração da Vale quanto aos resultados dos eventos futuros.

Benefícios pós-aposentadoria dos empregados (VALE)

A Vale patrocina diversos planos de benefícios pós-aposentadoria aos seus empregados, no Brasil e no exterior, na controladora e em entidades do Grupo.

Os valores registrados nesta rubrica dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas para determinação dos custos e passivos, entre outros. Uma das premissas utilizadas na determinação dos valores a serem registrados contabilmente é a taxa de juros para desconto e atualização. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os registros contábeis efetuados.

A Vale, em conjunto com os atuários externos, revisa no final de cada exercício, quais premissas devem ser utilizadas para o exercício seguinte. Essas premissas são utilizadas para as atualizações e descontos a

valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e determinação dos valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são necessárias para liquidação das obrigações com os planos.

Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis, com vida útil indefinida que se constituem principalmente da parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos de processos de combinação de negócios.

A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende não ser possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

Valor Justo de Derivativos e Outros Instrumentos Financeiros

O Valor justo de instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

A análise do impacto caso os resultados reais fossem diferente da estimativa da Administração da Vale, está apresentada na nota 24 no tópico análise de sensibilidade.

5. Demonstrações Contábeis Consolidadas

- a) As demonstrações contábeis consolidadas da Bradespar foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)* e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee – (IFRIC)*, implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e suas interpretações técnicas – ICPCs e orientações – OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- b) No caso de investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas, os componentes do ativo e do passivo, das receitas e das despesas são agregados às demonstrações contábeis consolidadas na proporção da participação da CONTROLADORA no capital social de cada investida, considerando como base os saldos consolidados das mesmas.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto, direta e indiretamente pela BRADESPAR:

Empresas	Em 31 de dezembro	
	Participação Direta e Indireta da BRADESPAR (em %)	
	2010	2009
- Antares Holdings Ltda. (1)	100,00	100,00
- Millennium Security Holdings Corp. (1)	100,00	100,00
- Brumado Holdings S.A. (1)	100,00	100,00
- Valepar S.A. (2)	17,44	17,44
- Vale e suas controladas (2)	5,81	5,81

(1) Empresa incluída no CONSOLIDADO HOLDING; e

(2) Empresa cujo controle é compartilhado com outros acionistas.

6. Alterações e Interpretações das normas internacionais existentes que ainda não estão em vigor

As alterações e interpretações a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2011, e não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Bradespar.

- IAS 12 Imposto de renda, corrigido em dezembro de 2010, esclarece quanto a dificuldade de mensuração se a recuperabilidade de um ativo se dará através da venda ou do uso quando o ativo estiver classificado como propriedade para investimento. A presunção apresentada nessa correção é de que o valor desse ativo será recuperado normalmente através da venda. A Companhia está avaliando esse impacto nas suas demonstrações.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em novembro de 2009, introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e sua adoção antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento. Não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.
- IFRIC 19 Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais está em vigor desde 1º de julho de 2010. Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011 e está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não se espera que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.
- IFRIC 14, IAS 19 Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (funding) e sua Interação. Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. Entrada em vigor 1º de janeiro de 2011.
A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros. Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, retroativamente. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.
- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, de maneira retroativa. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.
- IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários. Objetiva oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação na IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: a) circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; b) transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; c) mudanças na classificação dos ativos financeiros; e d) mudanças nos passivos e ativos contingentes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, de maneira retroativa. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.
- IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes. O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

- IAS 32 Instrumentos Financeiros. Alteração emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação antecipada é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

7. Adoção pela primeira vez das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e das demonstrações contábeis individuais de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelos CPCs.

I) Base de transição aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e a IFRS 1 na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e a IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

II) A Vale optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

- Obrigações com benefícios de aposentadoria - A Vale optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. Desta forma, ganhos e perdas não reconhecidos no passado foram integralmente reconhecidos no balanço de abertura contra o patrimônio líquido.
- Provisão para Desmobilização de Ativos - A Vale adotou a isenção deste pronunciamento no que se refere às taxas históricas de juros de longo prazo antes do imposto de renda que reflita a avaliação das condições de mercado vigente à época e dos riscos específicos associados ao passivo, utilizadas nos princípios anteriores, e a remensuração prevista nos novos princípios, para o cálculo do desconto a valor presente das obrigações com a desmobilização de ativos.
- Combinação de negócios – a Vale aplicou a isenção de combinação de negócios na IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.
- As demais isenções da norma não são relevantes para a Vale e não foram adotadas.

III) Exceções obrigatórias da Vale na aplicação retrospectiva:

- Estimativas contábeis – as estimativas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas adotadas no Brasil anteriormente.
- As outras exceções obrigatórias, baixa e reversão de ativos e passivos financeiros, *hedge accounting* e participação de acionistas não controladores não se aplicam, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo.

IV) Conciliação entre IFRS/CPCs com as práticas anteriores:

- a) A Companhia efetuou registros iniciais nos planos de benefícios a empregados de forma imediata e reconheceu um aumento no passivo atuarial de plano deficitário com contrapartida no ativo de imposto de renda diferido e reflexo da realização da perda atuarial acumulada no patrimônio líquido. Nestes ajustes estão contemplados os ganhos e perdas atuariais referentes à política contábil anterior, que se situavam dentro dos limites do "corredor". A Companhia continuará utilizando o "corredor" como prática contábil.
- b) Provisão para desmobilização de ativo – A Companhia já reconhecia em suas demonstrações contábeis a provisão para desmobilização de acordo com o IFRS, exceto pela remensuração da taxa histórica de juros de longo prazo antes do imposto de renda que reflita a avaliação das condições de mercado vigentes à época, utilizada no cálculo do valor presente das obrigações, que de acordo com as normas IFRS devem ser revisadas/remensuradas na data do balanço. Como resultado desse recálculo a Companhia procedeu o ajuste no balanço de abertura ajustando o patrimônio líquido na data de transição.
- c) Imposto de renda diferido - os ajustes nesta conta referem-se basicamente a transferência das parcelas registradas como corrente para o não corrente, de acordo com os novos princípios e a compensação entre ativos e passivos de mesma natureza e incluem os ajustes sobre o saldo de abertura na data de transição.
- d) Investimento – o ajuste refere-se ao impacto da transição da prática anterior para CPCs nas investidas, capturadas na linha de equivalência patrimonial na demonstração de resultado da Controladora.
- e) Depósito judicial – refere-se à reclassificação dos depósitos que na norma anterior eram apresentados como conta redutora do passivo contingente.
- f) Participação minoritária - esta rubrica contábil passou a denominar-se Participação dos Acionistas não Controladores e foi realocada para o patrimônio líquido. A participação dos acionistas não controladores, registrada contabilmente de maneira destacada no patrimônio líquido requer que as movimentações das rubricas de composição do patrimônio destes acionistas ocorram de maneira similar às apresentadas para os acionistas controladores.
- g) Ações resgatáveis de acionistas não controladores - a participação dos acionistas não controladores que é resgatável após a ocorrência de certos eventos fora do controle da Companhia, foi classificada como participações resgatáveis de acionistas não controladores no passivo não circulante.
- h) Intangível – Nas concessões ferroviárias que a Vale participa, os investimentos na via permanente devem ser retomados ao poder concedente na conclusão do contrato de concessão, foram reclassificados de imobilizado para ativo intangível.
- i) Ações Resgatáveis da Valepar – na Bradespar Controladora e Consolidado *Holding* foi efetuada a reclassificação das Ações Resgatáveis da Valepar para o Ativo, com reconhecimento da respectiva receita financeira – juros de ações resgatáveis, conforme CPC 38.
- j) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda – O investimento na CPFL Energia, anteriormente avaliado ao custo no Consolidado *Holding* e Consolidado Total foi reclassificado para o ativo financeiro disponível para venda ajustado a valor de mercado, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos de efeitos tributários, conforme CPC 38. Na Controladora o impacto ocorreu de forma reflexa, no investimento e patrimônio líquido.

Ajustes da Adoção de Novas Práticas, Estimativas Contábeis e Reclassificações

		Controladora				Consolidado		
	Nota 7	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Ativos	Passivos	Participação Minoritária	Patrimônio Líquido
Balanco de abertura das novas práticas em 1º de janeiro de 2009								
Saldo anterior à adoção de novas práticas		6.718	1.783	4.935	11.928	6.639	353	4.936
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	-	-	1.210	370	-	719
Obrigações com benefícios de aposentadoria	IV a	-	-	-	7	7	-	-
Provisão para desmobilização de ativos	IV b	-	-	-	(3)	(5)	-	2
Imposto de renda diferido	IV c	-	-	-	(25)	(25)	-	-
Investimentos	IV d	728	-	728	(121)	-	-	-
Depósito judicial	IV e	2	2	-	101	101	-	-
Custos relacionados à emissão de ações resgatáveis Valepar	IV i	-	-	-	6	-	-	6
Ajustes em 1º de janeiro de 2009		730	2	728	1.176	449	-	727
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV	-	-	5.663	-	-	-	5.663
Participação de acionistas não controladores - PL Vale	IV f	-	-	-	-	-	(273)	273
Ações resgatáveis de acionistas não controladores	IV g	-	-	-	-	80	(80)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2009 com as novas práticas	IV	7.448	1.785	5.663	13.104	7.168	-	5.936

	Nota 7	Controladora			Consolidado			Resultado
		Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Ativos	Passivos	Participação Minoritária	
Balanco comparativo em 31 de dezembro de 2009								
Saldo anterior à adoção de novas práticas		6.126	1.078	5.048	11.112	5.727	337	953
Ajustes acumulados balanço de abertura		730	2	728	1.176	449	-	-
		6.856	1.080	5.776	12.288	6.176	337	953
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	-	-	(271)	(92)	-	(179)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	IV a	-	-	-	(2)	(4)	-	2
Provisão para desmobilização de ativos	IV b	-	-	-	8	9	-	(2)
Remuneração adicional de título mandatoriamente conversível	-	-	-	-	-	-	-	5
Imposto de renda diferido	IV c	-	-	-	92	92	-	-
Investimentos	IV d	(175)	-	(175)	-	-	-	-
Depósito judicial	IV e	(2)	(2)	-	(25)	(25)	-	-
Diferencial de rendimentos de ações resgatáveis Valepar	-	-	-	-	4	-	-	4
Ajustes em 31 de dezembro de 2009		(177)	(2)	(175)	(194)	(20)	-	(175)
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV	-	-	5.601	-	-	-	5.601
Participação de acionistas não controladores - PL Vale	IV f	-	-	-	-	-	(263)	263
Ações resgatáveis de acionistas não controladores	IV g	-	-	-	-	74	(74)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	IV	6.679	1.078	5.601	12.094	6.230	-	972

Conciliação do balanço patrimonial do período de transição 1º de janeiro de 2009 – Controladora

		Publicado	Ajustes de adoção		Ajustado
	Nota 7	31 de dezembro de 2008	Reclassificações	Ajustes	1º de janeiro de 2009
Ativo					
Circulante					
Outros circulantes total		535	-	-	535
		535	-	-	535
Não Circulante					
Ações preferenciais resgatáveis	IV i	-	1.376	-	1.376
Depósitos judiciais	IV e	-	2		2
Investimentos	IV i	6.083	(1.376)	728	5.435
Outros não circulantes total		100	-	-	100
		6.183	2	728	6.913
Total		6.718	2	728	7.448
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Outros circulantes total		1.685	-	-	1.685
		1.685	-	-	1.685
Não Circulante					
Provisões para contingências		98	2	-	100
		98	2	-	100
Patrimônio Líquido					
Lucros acumulados		-	-	1	1
Ajustes de avaliação patrimonial	IV i	-	-	727	727
Total do patrimônio líquido		4.935	-	728	5.663
Total		6.718	2	728	7.448

Conciliação do balanço patrimonial do período de transição 1º de janeiro de 2009 – Consolidado

		Publicado	Ajustes de adoção		Ajustado
	Nota 7	31 de dezembro de 2008	Reclassificações	Ajustes	1º de janeiro de 2009
Ativo					
Circulante					
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	27	1.211	1.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	76	(76)	-	-
Outros circulantes total		3.667	-	-	3.667
		3.743	(49)	1.211	4.905
Não Circulante					
Depósitos judiciais	IV e	104	101	-	205
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	89	51	6	146
Investimentos	IV d	263	(27)	(121)	115
Intangíveis	IV h	1.037	317	-	1.354
Imobilizado		6.420	(317)	(2)	6.101
Outros não circulantes total		272	-	6	278
		8.185	125	(111)	8.199
Total		11.928	76	1.100	13.104
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	IV b	92	-	1	93
Fundo de pensão	IV a	14	-	2	16
Outros circulantes total		2.391	-	-	2.391
		2.497	-	3	2.500
Não Circulante					
Fundo de Pensão	IV a	207	-	5	212
Empréstimos e financiamentos		2.480	-	1	2.481
Provisões para contingências	IV e	372	101	-	473
Imposto de renda e contribuição social	IV j	-	-	371	371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	467	(25)	15	457
Provisão com obrigações para desmobilização de ativos	IV b	116	-	(6)	110
Outros não circulantes total		500	-	(16)	484
		4.142	76	370	4.588
Participação resgatável dos acionistas não controladores	IV f e g	-	80	-	80
		4.142	156	370	4.668
Patrimônio Líquido					
Lucros acumulados		-	-	2	2
Ajustes de avaliação patrimonial	II d	-	-	725	725
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV f	4.936	-	727	5.663
Participação dos acionistas não controladores (Vale)	IV f e g	353	(80)	-	273
Total do patrimônio líquido		5.289	-	727	5.936
Total		11.928	76	1.100	13.104

Conciliação do balanço patrimonial comparativo de 31 de dezembro de 2009 – Controladora

		Publicado	Ajustes de adoção		Ajustado
	Nota 7	31 de dezembro de 2009	Reclassificações	Ajustes	31 de dezembro de 2009
Ativo					
Circulante					
Outros circulantes total		329	-	-	329
		329	-	-	329
Não Circulante					
Ações preferenciais resgatáveis	IV i	-	936	-	936
Investimentos	IV i	5.695	(936)	553	5.312
Outros não circulantes total		102	-	-	102
		5.797	-	553	6.350
Total		6.126	-	553	6.679
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Outros circulantes total		271	-	-	271
		271	-	-	271
Não Circulante					
Outros não circulantes total		807	-	-	807
		807	-	-	807
Patrimônio Líquido					
Lucros acumulados		-	-	5	5
Ajustes de avaliação patrimonial	IV i	-	-	548	548
Total do patrimônio líquido		5.048	-	553	5.601
Total		6.126	-	553	6.679

Conciliação do balanço patrimonial comparativo de 31 de dezembro de 2009 - Consolidado

		Publicado	Ajustes de adoção		Ajustado
	Nota 7	31 de dezembro de 2009	Reclassificações	Ajustes	31 de dezembro de 2009
Ativo					
Circulante					
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	2	892	894
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	87	(87)	-	-
Outros circulantes total		2.426	-	-	2.426
		2.513	(85)	892	3.320
Não Circulante					
Depósitos judiciais	IV e	144	77	-	221
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	35	154	6	195
Investimentos		340	(2)	(73)	265
Intangíveis	IV h	1.002	367	-	1.369
Imobilizado		6.692	(367)	6	6.331
Outros não circulantes total		386	-	7	393
		8.599	229	(54)	8.774
Total		11.112	144	838	12.094
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Parcela do cirulante de empréstimos de longo prazo		308	-	-	308
Fundo de pensão	II a	14	-	3	17
Outros circulantes total		791	-	-	791
		1.113	-	3	1.116
Não Circulante					
Fundo de Pensão	II a	194	-	(14)	180
Empréstimos e financiamentos		2.099	-	1	2.100
Provisões para contingências	IV e	449	76	-	525
Imposto de renda e contribuição social	IV j	115	-	278	393
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	446	68	27	541
Provisão com obrigações para desmobilização de ativos	II b e IV b	107	-	6	113
Outros não circulantes total		1.204	-	(16)	1.188
		4.614	144	282	5.040
Participação resgatável dos acionistas não controladores	IV f e g	-	74	-	74
		4.614	218	282	5.114
Patrimônio Líquido					
Lucros acumulados				5	5
Ajustes de avaliação patrimonial				548	548
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora		5.048	-	553	5.601
Participação dos acionistas não controladores (Vale)		337	(74)	-	263
Total do patrimônio líquido		5.385	-	553	5.864
Total		11.112	144	838	12.094

Conciliação do resultado do exercício comparativo de 31 de dezembro de 2009

	Nota 7	Controladora				Consolidado	
		2009 Publicado	Ajustes	2009 Ajustado	2009 Publicado	Ajustes	2009 Ajustado
Receita líquida de vendas e serviços		-	-	-	2.818		2.818
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	II e IV	-	-	-	(1.611)	(2)	(1.613)
Lucro bruto		-	-	-	1.207	(2)	1.205
Receitas (despesas) operacionais		953	9	962	158	12	170
Resultado de equivalência patrimonial	II e IV	1.084	9	1.093	7	3	10
Resultado na alienação de investimento		-	-	-	489	-	489
Receitas de dividendos		-	-	-	83	-	83
Despesas gerais e administrativas	II e IV	(20)	-	(20)	(124)	1	(123)
Pesquisa e desenvolvimento		-	-	-	(114)	-	(114)
Resultado financeiro	II e IV	(91)	-	(91)	19	8	27
Outras receitas (despesas) operacionais		(20)	-	(20)	(202)	-	(202)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		953	9	962	1.365	10	1.375
Imposto de renda e contribuição social	II e IV	-	-	-	(402)	(1)	(403)
Lucro líquido do exercício		953	9	962	963	9	972
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	10	-	10
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora		953	9	962	953	9	962

Adicionalmente, estamos apresentando a conciliação do balanço patrimonial nos trimestres de 2010, conforme abaixo:

	Nota 7	Controladora			Consolidado Holding		
		31 de março de 2010	30 de junho de 2010	30 de setembro de 2010	31 de março de 2010	30 de junho de 2010	30 de setembro de 2010
Ativo							
Anteriormente apresentado		6.395	6.661	7.081	6.510	6.787	7.208
Ativos financeiros disponíveis para venda	iv j	-	-	-	894	996	978
Investimentos	iv j	541	609	597	(73)	(73)	(73)
Total de acordo com IFRS		6.937	7.270	7.678	7.330	7.710	8.113
Passivo							
Anteriormente apresentado		1.099	1.039	910	1.213	1.166	1.037
Imposto de renda e contribuição social	iv j	-	-	-	279	314	308
Total de acordo com IFRS		1.099	1.039	910	1.492	1.480	1.345
Patrimônio líquido							
Anteriormente apresentado		5.296	5.621	6.171	5.296	5.621	6.171
Ajuste de avaliação patrimonial	iv j	541	609	597	541	609	597
Total de acordo com IFRS		5.838	6.230	6.768	5.838	6.230	6.768

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de exame de auditoria.

Reconciliação da demonstração de lucros abrangentes

A transição de BR GAAP para o IFRS não apresentou efeitos sobre os lucros abrangentes divulgados pela Bradespar. Os itens de conciliação entre a apresentação em BR GAAP e a apresentação em IFRS foram apresentados na nota de reconciliação dentro do patrimônio líquido.

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa

A transição de BR GAAP para o IFRS não apresentou nenhum efeito sobre os fluxos de caixa divulgados gerados pela Bradespar. Os itens de conciliação entre a apresentação em BR GAAP e a apresentação em IFRS não têm nenhum impacto líquido sobre os fluxos de caixa gerados.

8. Sumário dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações de Resultado consolidados das controladas de controle compartilhado, em 31 de dezembro:

Balanco Patrimonial	VALE		VALEPAR	
	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)
Ativo				
Circulante	54.268	36.793	2.699	969
Não Circulante - Realizável a Longo Prazo	8.088	10.995	249	244
Não Circulante – Investimentos	3.945	4.562	36.836	30.376
Não Circulante – Intangíveis	18.274	16.440	3.073	3.073
Não Circulante – Imobilizado	130.087	108.948	-	-
Total	214.662	177.738	42.857	34.662
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante	31.384	17.470	2.228	1.082
Não Circulante	66.953	59.975	7.396	8.775
Patrimônio Líquido Total	116.325	100.293	33.233	24.805
Total	214.662	177.738	42.857	34.662
% de Participação Direta e Indireta	5,81%	5,81%	17,44%	17,44%

Demonstração do Resultado	VALE		VALEPAR	
	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)
Receita Líquida de Vendas e Serviços	83.225	48.496	-	-
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(33.756)	(27.750)	-	-
Lucro Bruto	49.469	20.746	-	-
Despesas Operacionais Líquidas	(8.979)	(7.573)	(158)	(81)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(2.763)	2.094	(1.315)	(1.147)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(48)	99	9.954	3.440
Ganho na Realização de Investimentos	-	93	-	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	37.679	15.459	8.481	2.212
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.035)	(4.954)	-	-
Resultado das Operações Continuadas	30.644	10.505	8.481	2.212
Resultado das Operações Descontinuadas	(222)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	30.422	10.505	8.481	2.212
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas não Controladores	352	168	-	-
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas da Controladora	30.070	10.337	8.481	2.212

(I) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Desta forma, informações detalhadas sobre essa sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser obtidas diretamente junto à CVM, por meio do site www.cvm.gov.br.

9. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa e Bancos	-	-	-	70	82	107
Aplicações Financeiras	157	288	396	886	976	1.808
	157	288	396	956	1.058	1.915

No Consolidado Holding, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 173, 31 de dezembro de 2009 – R\$ 289 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 482, referem-se a aplicações financeiras.

10. Investimentos Financeiros a Curto Prazo

Representados por aplicações financeiras da Vale em investimentos de baixo risco, com prazo de vencimento entre 91 e 360 dias.

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Time deposits	173	379	313

11. Estoques

Representados pelo valor de estoques da VALE, sendo:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Estoque de produtos acabados	180	128	243
Estoque de produtos em elaboração	96	105	148
Estoque de materiais de consumo	165	111	172
	441	344	563

12. Valores a receber

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
JCP/Dividendos	96	41	139	-	-	-
Contas a Receber – Vale (1)	-	-	-	811	328	463
	96	41	139	811	328	463

(1) Refere-se a contas a receber de clientes, no país e no exterior, líquido da estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa.

No Consolidado Holding, o saldo de Valores a Receber em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 106, 31 de dezembro de 2009 – R\$ 52 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 101 referem-se substancialmente a juros sobre o capital próprio e dividendos de ações preferenciais resgatáveis da controlada Valepar.

13. Tributos a Recuperar ou Compensar

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante	-	-	-	162	156	286
Não Circulante	92	66	65	152	178	140
	92	66	65	314	334	426

(1) Controladora

Os tributos a compensar ou a recuperar, referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 92 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 66 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 65 em 1º de janeiro de 2009.

(2) Consolidado Holding

Os tributos a compensar ou a recuperar, referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 112 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 85 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 78 em 1º de janeiro de 2009.

(3) Vale/Valepar

Os tributos a compensar ou a recuperar da Vale/Valepar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto sobre lucro líquido	45	92	230
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	51	33	43
PIS e COFINS	96	110	61
Outros	10	14	14
	202	249	348
Circulante	162	156	286
Não Circulante	40	93	62
	202	249	348

14. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo	35	35	35	177	195	146
Passivo	-	-	-	(752)	(541)	(457)
	35	35	35	(575)	(346)	(311)

(1) Controladora

a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.760	962
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(598)	(327)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	578	306
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	49	65
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	109	100
Juros sobre o capital próprio (recebidos)	(96)	(56)
Créditos tributários não ativados	(42)	(88)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-

b) Créditos Tributários

Os créditos tributários nos exercícios de 2010 e 2009 referem-se a prejuízos fiscais de R\$ 25, base negativa de contribuição social de R\$ 9 e a diferenças temporárias de R\$ 1, com perspectiva de realização em menos de 10 anos. Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$ 448 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 443).

(2) Consolidado Holding

a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.785	1.078
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(607)	(367)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	536	139
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.	71	107
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	109	100
Juros sobre o capital próprio/ dividendos (recebidos)	(93)	(66)
Créditos tributários não ativados	(42)	(29)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(26)	(116)

- b) Os créditos tributários nos exercícios de 2010 e 2009 referem-se a prejuízos fiscais de R\$ 25, base negativa de contribuição social de R\$ 9 e a diferenças temporárias de R\$ 1, com perspectiva de realização em menos de 10 anos. Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$ 487 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 482).

(3) Vale

O lucro da Vale está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às Companhias em geral. Os saldos diferidos líquidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Resultado fiscal a compensar	74	80	42
Diferenças temporárias:			
- Fundos de pensão	71	51	17
- Provisão para contingências	56	45	40
- Provisão para perdas em ativos	65	64	67
- Valor justo dos instrumentos financeiros	37	4	-
- Mais valia vinculada ao imobilizado adquirido	(673)	(534)	(494)
- Outras	(32)	(14)	(18)
Total	(402)	(304)	(346)
Contribuição social	(208)	(77)	-
Total	(208)	(77)	(346)
Ativo	142	160	111
Passivo	(752)	(541)	(457)
	(610)	(381)	(346)

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Estas diferenças temporárias, que serão realizadas quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores, apresentam as seguintes expectativas:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
A ser recuperado após doze meses	(635)	(467)	(422)
A ser recuperado em até doze meses	25	86	76
	(610)	(381)	(346)

Os valores do imposto de renda e da contribuição que afetaram o resultado do exercício da Vale são demonstrados como segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.189	898
Resultado de participações societárias	3	(6)
Efeito tributário decorrente de moeda funcional não tributada	28	615
	2.220	1.507
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(755)	(512)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	101	51
Incentivos Fiscais	81	21
Resultado de empresas no exterior tributadas às alíquotas diferentes às da controladora	174	124
Outros	(9)	28
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(408)	(288)

15. Partes Relacionadas

- I. Os principais saldos e transações entre a BRADESPAR e empresas controladas podem ser demonstrados como segue:

a) Bradespar

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Juros sobre o capital próprio e dividendos de ações resgatáveis:				
- Antares Holdings Ltda	1	-	1	-
- Valepar S.A.	95	305	40	165
Contrato de mútuo:				
- Brumado Holdings Ltda	-	-	-	(2)

b) Antares

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Juros sobre o capital próprio e dividendos:				
- Bradespar S.A.	(1)	-	(1)	-

c) Brumado

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Juros sobre o capital próprio e dividendos de ações resgatáveis:				
- Valepar S.A.	11	79	11	28
Contrato de mútuo:				
- Bradespar S.A.	-	-	-	2

d) Valepar

Juros sobre o capital próprio e dividendos:

- Bradespar S.A.
- Brumado Holdings S.A.

31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
(95)	(305)	(40)	(165)
(11)	(79)	(11)	(28)

e) VALE

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Vale em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

No curso normal das operações, a Vale contrai direitos e obrigações com partes relacionadas (controladas, coligadas, controladas em conjunto e acionistas), oriundas de operações de venda e compra de produtos e serviços, arrendamento de ativos, comercialização de matéria-prima, assim como de serviços de transporte ferroviário, com preços pactuados entre as partes e também operações de mútuos com taxa de juros de 94% do CDI.

Os saldos dessas operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações contábeis da Vale podem ser identificados como segue:

	Em 31 de dezembro de 2010		Em 31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Ativo		Ativo		Ativo	
	Cientes	Partes Relacionadas	Cientes	Partes Relacionadas	Cientes	Partes Relacionadas
Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização – HISPANOBRÁS	12	-	2	-	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização – ITABRASCO	-	-	-	-	2	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO	-	-	-	-	1	-
Korea Nickel Corporation	1	-	1	-	5	-
Samarco Mineração S.A.	3	-	-	2	-	1
Outros	11	6	2	2	7	1
Total	27	6	5	4	15	2

	Em 31 de dezembro de 2010		Em 31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Passivo		Passivo		Passivo	
	Fornecedores	Partes Relacionadas	Fornecedores	Partes Relacionadas	Fornecedores	Partes Relacionadas
Baovale Mineração S.A.	2	-	1	-	1	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização – KOBRASCO	-	-	-	-	1	-
Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização – HISPANOBRÁS	14	-	2	-	1	3
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização – ITABRASCO	-	-	-	-	3	2
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO	1	1	1	1	1	3
Minas da Serra Geral	-	-	-	1	-	-
Mineração Rio do Norte S.A.	2	-	2	-	3	-
MRS Logística S.A.	-	-	18	6	10	7
Mitsui & Co, Ltd.	6	-	3	-	-	-
Outros	7	1	3	-	3	1
Total	32	2	30	8	23	16

	Receita		Despesa/Custo		Financeiro	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Baovale Mineração S.A.	-	-	1	1	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização – KOBASCO	-	-	6	2	-	-
Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização – HISPANOBRÁS	22	4	28	4	-	-
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização – ITABRASCO	-	-	2	1	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO	-	-	4	2	-	-
Log-in S.A.	1	2	-	-	-	-
Mineração Rio do Norte S.A.	-	-	10	14	-	-
MRS Logística S.A.	1	1	35	31	2	(2)
Samarco Mineração S.A.	21	5	-	-	-	-
Outras	1	-	2	4	-	-
Total	46	12	88	59	2	(2)

II. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar Aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Em 2010, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.620 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 2.000 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
Proventos	1.752	1.752
Gratificações	691	-
Sub Total	2.443	1.752
Encargos sociais	488	350
Total	2.931	2.102

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.837	864

A Bradespar não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária na Bradespar em 31 de dezembro:

	2010	2009
• Ações Ordinárias	0,6879%	0,6872%
• Ações Preferenciais	0,5444%	0,5589%
• Total de Ações	0,5947%	0,6039%

16. Investimentos

- a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, na CONTROLADORA, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 1.702 (2009 – R\$ 901), CONSOLIDADO HOLDING resultado positivo de R\$ 1.576 (2009 – R\$ 408) e no CONSOLIDADO resultado negativo de R\$ 3 (2009 – resultado positivo de R\$ 6).
- b) As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da CONTROLADORA são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de ações/cotas Possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social	Investimentos			Ajuste Decorrente de Avaliação (3)	
				Ações	Cotas		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009
Antares Holdings Ltda. (1) (6)	323	1.060	126	-	322.700	100,00%	1.060	969	899	126	493
Valepar S.A. (1) (2) (4) (5) (6)	7.259	32.532	9.033	275.966	-	17,44%	5.674	4.343	4.535	1.576	408
Total							6.734	5.312	5.434	1.702	901

- 1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2010;
- 2) Controlada de Controle Compartilhado;
- 3) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
- 4) O patrimônio líquido ajustado contempla R\$ 701 relativos à ajuste ao critério contábil do controlador, referente ao prazo de amortização de ágios provenientes de expectativa de resultado futuro, cuja amortização deixou de ser efetuada a partir do exercício de 2009, conforme disposto pelo CPC 13;
- 5) O patrimônio líquido ajustado contempla o montante negativo de R\$ 1.649 relativos a ajustes de avaliação patrimonial das controladas Valepar/Vale, constituído basicamente por ajustes acumulados de conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira; e
- 6) Empresas que tiveram suas informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 submetidas aos procedimentos de auditoria pelos mesmos auditores independentes da Bradespar.

- c) Os investimentos permanentes no CONSOLIDADO HOLDING são representados por:

Empresas	Total dos Investimentos			Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09
- Valepar S.A.	5.962	4.522	4.196	1.576	408
- Valepar S.A. – ajuste reflexo (2)	(288)	(179)	339	-	-
Total Geral	5.674	4.343	4.535	1.576	408

- (1) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de princípios contábeis, quando aplicáveis; e
- (2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e pronunciamentos do CPC nºs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao Patrimônio Líquido (nota 16b – item 5).

d) Os principais investimentos no CONSOLIDADO TOTAL são representados por :

	Valor do Investimento			Participação Indireta da Bradespar (CONSOLIDADO TOTAL)		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Vale S.A.						
- ThyssenKrupp CSA – Cia Siderúrgica do Atlântico	3.065	3.546	1.034	178	206	60
- Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd.	417	435	411	24	25	24
- Korea Nickel Corp.	18	22	49	1	1	3
- Log-in Logística Intermodal S.A.	224	218	221	13	13	13
- Shandog Yankuang International Company Ltd.	(45)	(12)	58	(2)	(1)	3
- Tecnoed Desenvolvidores Tecnológicos	66	80	-	4	5	-
- Zhuhai YPM Pellet e Co., Ltd.	42	22	30	2	1	2
- Outras	158	251	178	9	15	10
	3.945	4.562	1.981	229	265	115

17. Intangíveis

	Valor do Intangível			Participação Indireta da Bradespar (CONSOLIDADO TOTAL)		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Valepar S.A.						
- Vale S.A. (ágio)	2.372	2.372	2.372	414	414	414
Subtotal (Valepar)	2.372	2.372	2.372	414	414	414
Vale S.A.						
- Ágio	8.654	7.181	7.707	503	417	448
- Concessões e subconcessões	11.287	10.610	9.451	656	616	549
- Direito de uso	1.138	1.324	1.382	66	77	80
- Outros	1.793	1.423	1.142	104	83	66
- Amortizações, líquidas	(4.598)	(4.098)	(3.491)	(268)	(238)	(203)
Subtotal (VALE)	18.274	16.440	16.191	1.061	955	940
				1.475	1.369	1.354

Os prazos de concessão por ferrovia são:

Ferrovia

Vitória a Minas e Carajás (direta) (*)
Carajás (direta) (*)
Malha Centro-Leste (indireta via FCA)
Malha Sudeste (indireta via MRS)
Ferrovia Norte Sul S.A. (FNS)

Término do prazo de concessão

Junho de 2027
Junho de 2027
Agosto de 2026
Dezembro de 2026
Dezembro de 2037

(*) Concessões não onerosas

18. Imobilizado

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Terrenos	34	28	25
Imóveis	627	460	532
Instalações	1.845	1.517	1.436
Equipamentos de informática	25	48	46
Ativos minerários	2.536	1.884	1.695
Outros	2.514	2.124	1.935
Imobilizações em curso	1.233	1.815	1.816
Depreciação/exaustão, líquido	(1.262)	(1.544)	(1.384)
	7.552	6.332	6.101

19. Empréstimos e Financiamentos

Captados a Curto Prazo (Vale)

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Consolidado 1º de janeiro de 2009
Financiamentos vinculados a importações e exportações	46	32	56
Capital de giro	20	6	8
	66	38	64

Referem-se a financiamentos a curto prazo para exportação, denominados em dólares norte-americanos, com taxa média de juros em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 de 2 %, 2,02% e 5,5% ao ano, respectivamente.

Captados a Longo Prazo (Vale)

	Passivo Circulante			Passivo Não Circulante		
	Em 31 de dezembro 2010	Em 31 de dezembro 2009	1º de janeiro de 2009	Em 31 de dezembro 2010	Em 31 de dezembro 2009	1º de janeiro de 2009
Contratados no exterior						
Empréstimos e financiamentos em:						
- Dólares norte-americanos	236	168	33	315	621	889
- Outras moedas	2	3	3	21	42	23
- Títulos em dólares norte-americanos (juros fixos)	-	-	-	989	747	884
- Euro	-	-	-	97	-	-
- Securitização de exportações (*)	-	15	8	-	-	20
- Notas perpétuas	-	-	-	8	8	11
- Encargos decorridos	23	20	29	-	-	-
Contratados no país						
- Indexados por TJLP, TR, IGP-M e CDI	11	9	6	405	362	283
- Cesta de moedas	-	-	-	12	-	1
- Empréstimos em dólares norte-americanos	-	-	-	71	58	22
- Debêntures não conversíveis em ações	-	87	-	275	262	348
- Encargos decorridos	11	9	13	-	-	-
Total	283	311	92	2.193	2.100	2.481

(*) Títulos da dívida securitizados por recebíveis futuros oriundos de determinadas vendas de exportações.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2010 têm vencimento nos seguintes anos:

	Consolidado	
2012	118	5%
2013	351	16%
2014	120	5%
2015	90	4%
2016 em diante	1.471	68%
Sem data de vencimento (Notas perpétuas e debêntures não conversíveis em ações)	43	2%
	2.193	100%

Em 31 de dezembro de 2010, as taxas de juros anuais sobre as dívidas a longo prazo eram como segue:

	Consolidado
Até 3%	563
3,1% até 5% (*)	228
5,1% até 7%	794
7,1% até 9% (**)	437
9,1% até 11% (**)	265
Acima de 11% (**)	181
Variáveis (Notas perpétuas)	8
	2.476

(*) Inclui a operação de *eurobonds*, para a qual foi contratado instrumento financeiro a um custo de 4,71% a.a em US dólares.

(**) Inclui debêntures não conversíveis e outros empréstimos em reais, cuja remuneração é igual à variação acumulada da taxa do CDI e TJLP mais spread. Para estas operações foram contratados instrumentos financeiros derivativos a fim de proteger a exposição da Vale às variações da dívida flutuante em reais. O total contratado para estas operações é de R\$ 565, dos quais R\$

529 têm taxas de juros originais acima de 7,1% a.a. Após a contratação dos derivativos, o custo médio destas operações é de 3,13% a.a. em US dólares.

Garantias da Vale

Em 31 de dezembro de 2010, R\$ 0,2 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 76) do saldo devedor eram garantidos por recebíveis. O saldo devedor restante de R\$ 2.476 (31 de dezembro de 2009 R\$ 2.331) não possui garantias.

Alguns dos instrumentos financeiros de longo prazo contêm obrigações relacionadas a indicadores financeiros. Os principais indicadores são dívida sobre patrimônio líquido, dívida sobre *Earnings Before Interest Tax, Depreciation and Amortization* (EBITDA) e cobertura de juros. A Vale está em conformidade com os níveis requeridos para os indicadores.

20. Debêntures

(1) Controladora

Em 14 de janeiro de 2009, a Bradespar efetuou a primeira emissão pública de 610.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1 (Hum mil reais), totalizando R\$ 610, com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão. Os juros pagos corresponderam à variação acumulada de 125,00% das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e foram pagos junto com o principal em 22 de maio e 19 de junho de 2009, no montante de R\$ 640.

Em 13 de julho de 2009, a Bradespar efetuou a segunda emissão pública de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1 (Hum mil reais), totalizando R\$ 800, sendo duas séries: na primeira foram alocadas 140.000 debêntures, com vencimento em 361 dias e na segunda foram alocadas 660.000 debêntures, com vencimento em 721 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes a 105,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até o final do período de capitalização e foram pagos junto com o principal em 9 de julho de 2010, no montante de R\$ 153.

Os juros da segunda série correspondem a 108,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até o final do período de capitalização e serão pagos junto com o principal.

Integram a Garantia os seguintes direitos adicionais: (i) todos os frutos, rendimentos, vantagens e direitos que forem atribuídos as Ações da Valepar, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Valepar, após a verificação de um dos eventos de vencimento antecipado e/ou inobservância das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária; (ii) todas as ações que porventura, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária, sejam atribuídas a Bradespar e/ou a Brumado, ou seu eventual sucessor legal, por força de desmembramentos ou grupamentos das Ações da Valepar, distribuição de bonificações, redução de capital, distribuição de dividendos com pagamento em ações, conversão de outros valores mobiliários, capitalização de lucros ou outras reservas, ou exercício de direito de preferência referente as Ações da Valepar, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária; (iii) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos, desde que previamente aceitos pelo Agente Fiduciário, e que porventura, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária, venham a substituir as Ações da Valepar, em razão de cancelamento destas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Valepar, exceto pelo disposto no item (iv) dos “Considerandos” do Contrato de Alienação Fiduciária, isto é a Bradespar poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas transferir, total ou parcialmente, as Ações da Valepar para a Brumado; e (iv) quaisquer bens em que as Ações da Valepar sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos, valores mobiliários ou títulos de crédito, desde que previamente aceitos pelo Agente Fiduciário).

(2) Vale

Por ocasião do primeiro passo de sua privatização, em 1997, a Vale emitiu debêntures para os acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, participassem em possíveis benefícios futuros, que pudessem ser obtidos a partir da exploração de certos recursos minerais.

A Vale possui 388.559.056 debêntures participativas emitidas com valor nominal unitário na data de emissão de R\$0,01 (hum centavo de Real), cuja atualização se dá de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, conforme o disposto na escritura de emissão.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$ 124 (2009 - R\$ 76) estava registrado ao valor justo no passivo não circulante.

Os debenturistas têm o direito de receber prêmios, pagos semestralmente, equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais conforme escritura de emissão.

21. Notas Promissórias

Em 18 de julho de 2008, a Bradespar efetuou a emissão pública de 1.400 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1.000 (Hum milhão de reais), totalizando R\$ 1.400, com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 106,0% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados pro rata temporis até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela Valepar, detidas diretamente pela Bradespar; e (ii) alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias da CPFL Energia S.A., detidas indiretamente pela Bradespar.

O pagamento do principal e juros ocorreu nos dias 02 de janeiro de 2009 e 14 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 1.495.

Em 14 de janeiro de 2009, a Bradespar efetuou a segunda emissão pública de 690 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1.000 (Hum milhão), totalizando R\$ 690, com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão. Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 110,00% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados pro rata temporis até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias de 2ª emissão contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 53,1% das ações preferenciais da classe C emitidas pela Valepar, subscritas e integralizadas pela Companhia no âmbito da Distribuição Pública de Ações da Companhia Vale do Rio Doce realizada em 17 de julho de 2008; e (ii) alienação fiduciária de 53,1% das ações ordinárias da CPFL Energia S.A., detidas indiretamente pela Bradespar. O pagamento do principal e juros ocorreu no dia 13 de julho de 2009, no montante de R\$ 730.

22. Ativos e Passivos Contingentes/Obrigações Legais/Avais e Garantias

As empresas controladas e controladas em conjunto possuem passivos contingentes constituídos em montantes julgados suficientes pelas respectivas administrações, baseadas em seus assessores legais, conforme descrito a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Provisões Tributárias	158	121	100	445	393	367
Provisões Cíveis	-	-	-	52	54	40
Provisões Trabalhistas	-	-	-	74	74	64
Provisões Ambientais	-	-	-	4	4	2
	158	121	100	575	525	473

(1) CONTROLADORA E CONSOLIDADO HOLDING

Ativos Contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 10 (2009 – R\$ 9): Pleiteia-se a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei n.º 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (PIS) - R\$ 2 (2009 – R\$ 2): Pleiteia-se a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei n.º 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar n.º 770 (Pis Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

As empresas que compõem o Consolidado Holding são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e, no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradespar entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Contingências Passivas

A Bradespar, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan, celebrado com o Banco Bradesco em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada Bradesplan, sendo constituída provisão para contingência no montante de R\$ 50, tendo sido revertidos R\$ 20, no exercício de 2007, em função da decisão favorável transitada em julgado sobre processo de COFINS. Em 31 de dezembro de 2010 o valor atualizado era de R\$ 35 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 33).

Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

A Bradespar vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

As principais questões são:

- PIS E COFINS – R\$ 112 (2009 – R\$ 77): Pleiteia-se a não inclusão, nas bases de cálculos do PIS e da COFINS, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos das investidas, por terem tais valores natureza jurídica de dividendos, cujos valores não sofrem tributação por tais exações; e
- COFINS – R\$ 10 (2009 – R\$ 9): Pleiteia-se calcular e recolher a COFINS, a partir de novembro de 2001 a janeiro de 2004, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

Movimentação das Obrigações Legais e Contingências Passivas

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo no início do período	121	100
Constituições	28	15
Baixas	-	1
Atualização monetária	9	7
Saldo no final do período	158	121

Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradespar mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis

A Bradespar é parte de um Procedimento Arbitral instaurado por iniciativa da Elétron S.A. contra a Companhia e a Litel Participações S.A., no qual a Elétron pede o reconhecimento de seu direito de (i) adquirir uma determinada quantidade de ações da Valepar S.A., que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias e (ii) ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em sentença parcial, o Tribunal Arbitral decidiu que a Bradespar e a Litel estão obrigadas (i) a proceder à venda de ações da Valepar S.A. à Elétron, e (ii) compor eventuais perdas e danos. A quantidade de ações a serem vendidas pela Companhia, a extensão de sua responsabilidade, o preço a ser recebido pela venda das ações em referência e o valor das eventuais perdas e danos não foram determinados na sentença parcial e somente serão definidos em nova decisão a ser proferida pelo Tribunal Arbitral, após a conclusão da próxima etapa do procedimento arbitral caso esse procedimento venha a ter sequência, uma vez que a companhia ingressou com ação anulatória da sentença parcial na comarca do Rio de Janeiro.

A Companhia ainda não tem elementos necessários para avaliar os possíveis efeitos da sentença parcial em sua posição patrimonial e financeira. Dessa forma, embora não seja praticável estimar, de maneira confiável, o desfecho dessa causa e seus possíveis reflexos contábeis, a Companhia considera que o valor que poderia afetar suas demonstrações contábeis não deve ultrapassar a 2% de seu Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2010, desconsiderando-se eventuais indenizações por perdas e danos.

A Antares Holdings Ltda., controlada da Bradespar, foi autuada pela Receita Federal do Brasil, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A., relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, quando de sua cisão total e consequente extinção, em montante superior à trava de 30% imposta pelos artigos 42 e 58 da Lei nº 8.981/95. O montante dessas autuações a valor de dezembro/2010 é de R\$ 122 para o Imposto sobre a Renda e de R\$ 44 para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

(2) VALEPAR

A VALEPAR registrou provisão para contingências fiscais, classificadas no passivo não circulante, considerado por sua administração, com base na posição de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir eventuais perdas. A VALEPAR possui, ainda, depósitos judiciais relacionados a essas contingências, no montante de R\$ 39 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 40 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 36).

As contingências referem-se principalmente a: (i) não inclusão da VALEPAR como contribuinte da CSL (Contribuição Social sobre o Lucro) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), por não se tratar de pessoa jurídica empregadora (ii) não inclusão das receitas de JCP (Juros sobre o Capital Próprio) nas bases de cálculo do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS cumulativos, (iii) não inclusão de receitas financeiras nas bases de cálculo da COFINS, relativamente aos fatos geradores de fevereiro de 2000 a janeiro de 2004, e (iv) não inclusão das receitas de JCP na base de cálculo do PIS e da COFINS não cumulativos, a partir de fevereiro de 2004.

Movimentação da provisão para contingências:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo no início do exercício	160	136
Adições	27	14
Atualização monetária	14	10
Saldo no final do exercício	201	160

(3) VALE

A VALE e suas controladas são partes envolvidas em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração da VALE, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica da mesma e de seus consultores legais externos.

Movimentação da Provisão para Contingências

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo no início do período	244	239
Reversões líquidas de provisões	(8)	28
Pagamentos	(35)	(22)
Atualização monetária	14	(1)
Saldo no final do período	215	244

Para essas contingências da Vale, existem depósitos judiciais no montante de R\$ 178 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 181 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 169 em 1º de janeiro de 2009.

Contingências Tributárias

As principais naturezas das causas tributárias referem-se substancialmente a discussões sobre a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM e sobre indeferimentos de pedidos de compensação de créditos na liquidação de tributos federais. As demais referem-se a cobranças de Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário - AITP e questionamentos sobre a localidade de incidência para fins de Imposto sobre Serviços - ISS.

Em 2009, procedeu-se a baixa dos valores provisionados referentes à discussão sobre a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acima de 30%, devido a desistência da ação e consequentemente extinção do processo com liberação dos recursos depositados judicialmente em favor da União.

Contingências Cíveis

As ações cíveis estão relacionadas às reclamações de Companhias contratadas por perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos e outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras, ainda, relacionadas a indenização pecuniária em ação reivindicatória.

Contingências Trabalhistas

Contingências trabalhistas consistem principalmente de: (a) horas “*intinere*”, (b) adicional de periculosidade e insalubridade, (c) reclamações vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Inseridas também nesse contexto estão as contingências previdenciárias porque decorrem de parcelas de natureza trabalhista, tratando-se de discussões judiciais e administrativas entre o INSS e a Vale, cujo cerne é a incidência ou não de recolhimentos previdenciários.

23. Patrimônio Líquido (Controladora)

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Ordinárias	122.523.049	122.664.504
Preferenciais	227.024.896	227.024.896
Subtotal	349.547.945	349.689.400
Em tesouraria (ordinárias)	-	(66.455)
Total em circulação	349.547.945	349.622.945

b) Juros sobre o capital próprio e Dividendos

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 6.404, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos propostos, relativos ao exercício de 2010, está demonstrado a seguir:

	R\$	% (1)
Lucro líquido do exercício	1.760	
Lucros acumulados	5	
Reserva legal	(88)	
Base de cálculo	1.677	
Juros sobre o capital próprio pagos em 12 de novembro de 2010 (bruto)	160	
Juros sobre o capital próprio complementares do exercício de 2010 provisionado (bruto)	66	
Total dos Juros sobre o capital próprio (bruto)	226	
Imposto de renda na fonte sobre juros do capital próprio	34	
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2010	192	
Dividendos pagos em 14 de maio de 2010	78	
Dividendos pagos em 12 de novembro de 2010	11	
Dividendos complementares do exercício de 2010 (provisionado)	255	
Total dos Juros sobre o Capital Próprio (líquido) e Dividendos em 2010	536	31,95
Total dos Juros sobre o Capital Próprio (líquido) e Dividendos em 2009	289	31,95

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

Buscando o aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, e com o objetivo de conferir maior previsibilidade à remuneração dos acionistas, a BRADESPAR adotou, a partir de 2006, Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima, a ser distribuída na forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, com base nas perspectivas para o fluxo de caixa da Companhia, conforme segue:

- A Diretoria da Companhia anunciará até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, proposta a ser encaminhada ao Conselho de Administração para pagamento de remuneração mínima aos acionistas, estipulada em US\$ (dólar americano), em duas parcelas semestrais, até o dia 15 dos meses de maio e novembro.
- Os valores aprovados serão convertidos em moeda corrente nacional, pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração que tiverem deliberado sobre as declarações e pagamentos das referidas remunerações.
- A Diretoria poderá, ainda, propor ao Conselho de Administração, fundamentada em análise da evolução do fluxo de caixa da Sociedade, a declaração e pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio adicionais à remuneração mínima que vier a ser anunciada.

Em 14 de maio de 2010, a Bradespar pagou aos seus acionistas, Juros sobre o Capital Próprio, em complemento ao exercício de 2009, no montante de R\$ 95, sendo o valor bruto por ação ordinária R\$ 0,256279083 (R\$ 0,217837221 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial R\$ 0,281906992 (R\$ 0,239620943 líquido do imposto de renda na fonte) e Dividendos antecipados do exercício de 2010, em complemento aos Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 78, sendo R\$ 0,209025948 por ação ordinária e R\$ 0,229928543 por ação preferencial. O referido montante corresponde à primeira parcela da Remuneração Anual Mínima aos Acionistas no valor de US\$ 100.

Em 12 de novembro de 2010, a Bradespar pagou a seus acionistas Juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 160, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,429818168 (R\$ 0,365345443 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,472799986 (R\$ 0,401879988 líquido do imposto de renda na fonte) e Dividendos no montante de R\$ 11, sendo o valor por ação ordinária de R\$ 0,029872363 e por ação preferencial de R\$ 0,032859600. Esses montantes totalizaram R\$ 171, equivalente a US\$ 100, relativos à segunda parcela da Remuneração Anual Mínima para 2010.

c) Ações em tesouraria

Por meio de programas de recompra de ações, o Conselho de Administração, em Reuniões de 18 de janeiro e 21 de julho de 2008, 22 de janeiro e 23 de julho de 2009, 22 de janeiro de 2010, 23 de julho de 2010 e 26 de janeiro de 2011, autorizou a Diretoria da Companhia a adquirir até 1.500.000 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 500.000 ordinárias e 1.000.000 preferenciais, com o objetivo de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, todas prorrogáveis a cada seis meses.

Em abril de 2010, foram adquiridas 75.000 ações ordinárias, nominativas-escriturais, totalizando 141.455 ações ordinárias, nominativas-escriturais, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada proposta do Conselho de Administração para o cancelamento das 141.455 ações ordinárias, nominativas-escriturais, mantidas em tesouraria, representativas do próprio capital social, sem redução deste.

24. Instrumentos Financeiros

(1) Controladora e Consolidado Holding

Os principais instrumentos financeiros ativos registrados em contas patrimoniais referem-se, principalmente, aos investimentos possuídos direta e indiretamente, sendo que os relacionados a Valepar são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os na CPFL são classificados em ativos financeiros disponíveis para venda a valor de mercado, com contrapartida no patrimônio líquido. Os principais investimentos que possuem cotações frequentes em bolsa de valores estão sumariados abaixo, considerando a última cotação disponível até 31 de dezembro de 2010:

	Valor Contábil	Cotação em Bolsa (*)
Vale/Valepar	5.674	16.737
CPFL Energia (**)	1.041	1.041

(*) Cotação de fechamento de 31 de dezembro de 2010.

(**) O ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$ 968, registrado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários de R\$ 329, registrados na conta provisão para imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante

O valor das cotações em bolsa de valores dos investimentos na Valepar/Vale não reflete o prêmio de controle correspondente a um lote representativo de ações.

A Bradespar e demais empresas do Consolidado Holding não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

O valor de mercado dos demais instrumentos financeiros da Bradespar é equivalente ao valor contábil.

Análise de Sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos no quadro abaixo a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil				
Fatores de Riscos	Carteiras <i>Banking</i>	Cenários		
	Definição	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14)	(3.932)	(7.743)
Total		(14)	(3.932)	(7.743)

Em 31 de dezembro de 2009 - R\$ mil				
Fatores de Riscos	Carteiras <i>Banking</i>	Cenários		
	Definição	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14)	(2.917)	(5.761)
Total		(14)	(2.917)	(5.761)

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.), foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 12,05% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 15,05% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 18,06% a.a.

Os riscos provenientes de instrumentos financeiros da Bradespar são, substancialmente provenientes das operações de sua controlada indireta Vale.

(2) VALE

Gestão de risco

A Vale entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. A redução do risco nos fluxos de caixa futuros melhora a capacidade de crédito da Companhia, facilitando o acesso aos diversos mercados e reduzindo o custo relativo de eventuais captações.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

Política de gestão de risco

O Conselho de Administração da Vale estabeleceu uma política de gestão de risco corporativo e a criação de um comitê executivo de gestão de risco.

A política de gestão de risco corporativo determina que a Vale avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Vale, tanto com terceiros, quanto com seus acionistas.

A diretoria executiva da Vale é responsável pela avaliação e aprovação das estratégias de mitigação de risco que foram recomendadas pelo comitê executivo de gestão de riscos. O comitê é responsável por emitir parecer sobre os princípios e instrumentos de gerenciamento de risco, além de comunicar periodicamente a diretoria executiva sobre o processo de gestão e monitoramento dos riscos e os principais riscos os quais a Companhia está exposta, bem como, o impacto destes sobre o fluxo de caixa.

A política e as normas de gestão de risco, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos, determinam a diversificação de operações e contrapartes e a proibição de operações de derivativos de caráter especulativo.

Além da estrutura normativa de gestão de risco, a Vale conta ainda com uma estrutura corporativa com responsabilidades bem definidas. A recomendação e a execução das operações são feitas por áreas independentes. É responsabilidade da área de gestão de riscos definir e propor ao comitê executivo de gestão de risco operações ou medidas de mitigação de riscos de mercado consistentes com a estratégia da Vale e suas Companhias consolidadas. É responsabilidade da área financeira a execução das operações que envolvam contratação de derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Vale não poder cumprir as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, a Vale possui linhas de crédito rotativo, o que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. A linha de crédito rotativo foi contratada junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais.

Risco de Crédito

O risco de crédito da Vale decorre do impacto negativo no fluxo de caixa da Vale nos casos em que suas contrapartes não cumpram com as suas obrigações contratuais. Para gerenciar este risco, a Vale mantém procedimentos como o controle de limites de crédito, o controle da diversificação em termos de contraparte e o acompanhamento das carteiras de crédito da Vale.

• Exposição à Contraparte da Vale

De modo geral, o risco de crédito é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, as contrapartes da Vale podem ser divididas em três categorias principais: 1) os clientes comerciais que devem dinheiro à Vale por vendas à crédito, 2) as instituições financeiras que mantêm o caixa da Vale ou são a contraparte da Vale em transações com derivativos, e 3) os fornecedores que tenham sido pagos antecipadamente por parte de seus serviços.

A Vale tem uma carteira de Contas a Receber bem diversificada do ponto de vista geográfico. As regiões nas quais a Vale tem exposição a riscos de crédito mais significativos incluem China, Europa, Brasil, Japão e os EUA. De acordo com a região, diferentes tipos de garantias podem ser usados para melhorar a qualidade de crédito dos recebíveis.

A exposição de crédito à uma contraparte devida à derivativos é definida como a soma dos riscos de crédito dados por cada derivativo que a Vale tem com essa contraparte. E, finalmente, o risco de crédito para cada derivativo é definido como o MTM potencial futuro, calculado dentro da vida do derivativo,

considerando um cenário de probabilidade de 95% para a distribuição conjunta dos fatores de risco de mercado que afetam o derivativo.

Em relação ao risco de crédito comercial que advém das vendas aos clientes, a Vale o controla em duas carteiras de crédito: i) Recebíveis “a vencer” e ii) Recebíveis “vencidos”. Os recebíveis vencidos são acompanhados com atenção pelas áreas de gestão de risco e de cobrança, de modo a verificar a solvência financeira das contrapartes e para minimizar as exigências de capital de giro da Vale.

• Gestão do Risco de Crédito da Vale

Para o risco de crédito comercial proveniente de vendas a clientes finais, o Departamento de Gestão de Risco da Vale aprova limites de risco de crédito para cada contraparte. Além disso, um limite global de capital de giro para a Vale é aprovado pela diretoria executiva da Vale e monitorado mensalmente.

Para os riscos de contraparte decorrentes de aplicações financeiras e derivativos, limites de crédito para as contrapartes (Bancos, Seguradoras, países e corporações) são aprovados anualmente pela Diretoria Executiva da Vale e monitorados diariamente. Além disso, o Departamento de Gestão de Risco da Vale controla a diversificação do portfólio e o risco de crédito total (probabilidade de default) da carteira de tesouraria consolidada da Vale.

• Perfil de Risco de Contrapartes Comerciais

A Vale usa um *rating* interno de cada cliente, que decorre de uma análise de crédito baseada em três fontes de informação: i) a probabilidade esperada de default (EDF – “Expected Default Frequency”) fornecida pela KMV (Moody’s); ii) os *Ratings* de Crédito da Moody’s, Standard & Poors e Fitch; iii) os demonstrativos financeiros com os quais indicadores financeiros são construídos.

Sempre que for considerado necessário, a análise de crédito quantitativa é complementada por uma análise qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, a posição estratégica da contraparte em seu setor econômico e outros fatores. O modelo de *rating* de crédito interno da Vale é dividido em quatro categorias: i) risco insignificante; ii) risco baixo; iii) risco moderado; iv) risco alto.

Dependendo do risco de crédito da contraparte ou do perfil de risco de crédito de uma determinada linha de negócio, estratégias de mitigação de risco - tais como seguro de crédito, hipotecas, garantias corporativas ou métodos de pagamento com algum tipo de garantia, como cartas de crédito e dinheiro contra documentos (CAD – “Cash Against Documents”) - são usadas para gerenciar o risco de crédito da Vale.

Perfil de Risco do Contas a Receber	31-dez-10	31-dez-09	1-jan-09
Risco insignificante	4%	4%	3%
Risco baixo	1%	1%	1%
Risco moderado	-	-	2%
Risco alto	-	-	-
Não avaliados	-	-	-

A categoria de risco do cliente depende de um *rating* implícito que é derivado da probabilidade de inadimplência do cliente (EDF). O EDF vem do modelo KMV da Moody’s ou, se não estiver disponível, é calculado com base no *rating* ou nos demonstrativos financeiros da empresa. A transformação do EDF em *rating* implícito é feita usando uma tabela de conversão. Finalmente, o *score* final de cada cliente depende do *rating* implícito:

- Risco insignificante: Aaa a A3
- Risco baixo: Baa1 a Ba2
- Risco moderado: Ba3 a B3
- Risco alto: B3 a C

Risco de mercado

O monitoramento e a avaliação mensal da posição consolidada da Vale permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente traçados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado semanalmente para acompanhamento gerencial.

Todas as operações de derivativos foram apresentadas no balanço da Vale de acordo com o valor justo e os ganhos ou perdas foram devidamente contabilizados de acordo com o critério contábil vigente.

Considerando a natureza dos negócios e operações da Vale, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Vale está exposta são:

- Taxas de juros;
- Taxas de câmbio;
- Preços de produtos e insumos e outros custos

Risco de câmbio e de taxa de juros

O fluxo de caixa da Vale está sujeito a volatilidade de diversas moedas. Enquanto os preços de nossos produtos são predominantemente indexados ao dólar norte-americano, a maioria de seus custos, despesas e investimentos são indexados a moedas diferentes do dólar norte-americano, principalmente reais e dólares canadenses.

A fim de reduzir a volatilidade potencial do fluxo de caixa da Vale proveniente do descasamento de moedas são utilizados instrumentos de derivativos. A principal estratégia utilizada pela Vale é realizar o *swap* da dívida atrelada a reais para dólares norte-americanos de maneira a atenuar o impacto da variação cambial no fluxo de caixa da Vale já que a maioria das receitas é denominada em dólares norte-americanos.

As operações de *swap* para converter para dólares as dívidas atreladas a reais têm vencimentos semelhantes - e, em alguns casos, inferiores - ao vencimento final das dívidas. Seus valores são similares aos pagamentos de juros e principal, sujeitos às condições de liquidez de mercado. Os *swaps* com vencimento inferior ao vencimento final das dívidas são ao longo do tempo renegociados de modo que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final da dívida, na medida em que a liquidez de mercado permitir. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do *swap* compensará parte do impacto da variação cambial do real frente ao dólar norte-americano sobre as obrigações da Vale, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa em dólares norte-americanos.

Caso ocorra apreciação (depreciação) do Real (BRL) contra o Dólar norte-americano (USD), o impacto negativo (positivo) no serviço da dívida da Vale (juros e/ou pagamento de principal) medidos em dólares norte-americanos será parcialmente anulada pelo efeito positivo (negativo) das operações de *swap*, independentemente da taxa de câmbio USD/BRL na data de pagamento.

A Vale também tem exposição de fluxo de caixa à taxa de juros sobre os empréstimos e financiamentos. A dívida de taxa de juros variável em dólares norte-americanos consiste principalmente em empréstimos incluindo: operações de pré-pagamento de exportações, empréstimos em bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, as dívidas de taxa variável em dólares norte-americanos são indexadas à *Libor* (*London Interbank Offer Rate*). Para atenuar os efeitos da volatilidade das taxas de juros no fluxo de caixa, a Vale considera o *hedge* natural entre a flutuação das taxas de juros norte-americanas e dos preços dos metais. Na ausência de *hedge* natural, a Vale analisa a contratação de instrumentos financeiros para obter a proteção desejada.

As tabelas a seguir apresentam as posições de derivativos da Vale e suas Companhias controladas em 31 de dezembro de 2010 com as seguintes informações: valor nominal, valor de custo inicial, valor

justo, valor em risco, ganhos ou perdas no período e valor justo por faixa de vencimento para cada grupo de instrumentos.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados a CDI

- **Swap CDI vs. taxa fixa em USD** – com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter o fluxo de caixa das dívidas indexadas ao CDI para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada ao CDI.
- **Swap CDI vs. taxa flutuante em USD** – com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa foram implementadas operações de *swap* para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas ao CDI para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Nestas operações, a Vale paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (*Libor - London Interbank Offered Rate*) e recebe remuneração atrelada ao CDI.

Estes instrumentos foram utilizados para converter o fluxo das debêntures emitidas em 2006 com valor nominal de R\$ 0,3 bilhão, da NCE (Nota de Crédito de Exportação) emitida em 2008 com valor nominal de R\$ 0,1 bilhão e de financiamentos para aquisição de bens e serviços, com valor nominal de R\$ 0,06 bilhão, realizados em 2006 e 2007.

Em milhões de R\$													
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano				
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-10	2011	2012	2013	2014	2015		
Swap CDI vs. Taxa Fixa em USD													
Ativo	R\$ 322	R\$ 440	CDI	101,15%	334	468	402	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 183	USD 213	USD	3,87%	(314)	(404)	(317)	-	-	-	-	-	-
Líquido					20	64	85	3	24	21	(19)	2	(8)
Swap CDI vs. Taxa flutuante em USD													
Ativo	R\$ 25	R\$ 46	CDI	103,50%	26	48	18	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 15	USD 25	Libor	0,70%	(25)	(43)	(11)	-	-	-	-	-	-
Líquido					1	5	7	-	2	2	2	1	(6)

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas no fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados a TJLP

- **Swap TJLP vs. taxa fixa em USD** – com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas a TJLP para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada à TJLP.
- **Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD** – com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas a TJLP para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (*Libor*) e recebe remuneração atrelada à TJLP.

Em milhões de R\$													
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano				
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011	2012	2013	2014-2016	2017-2019
Swap TJLP vs. Taxa Fixa em USD													
Ativo	R\$ 140	R\$ 118	TJLP	1,44%	120	107	7	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 71	USD 61	USD	3,09%	(114)	(99)	(5)	-	-	-	-	-	-
Líquido					6	8	2	1	6	6	4	(6)	(4)
Swap TJLP vs. Taxa flutuante em USD													
Ativo	R\$ 43	R\$ 38	TJLP	0,96%	36	36	1	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 22	USD 22	Libor	-0,71%	(33)	(33)	(1)	-	-	-	-	-	-
Líquido					3	3	-	-	-	8	1	(3)	(4)

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais com taxas fixas

- **Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD** – com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter o fluxo de caixa de dívidas denominadas em Reais a taxas fixas para dólares norte-americanos em contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe taxas fixas em Reais

Em milhões de R\$														
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-10	2011	2012	2013	2014
Swap Taxa Fixa em R\$ vs. Taxa Fixa em USD														
Ativo	R\$ 12	-	Pré	4,50%	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 7	-	USD	-1,70%	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líquido					-	-	-	-	1	1	-	-	-	(2)

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

Hedge cambial de fluxo de caixa

- **Swap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD** – Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas transações de *swaps* para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento de moedas entre receitas em dólares norte-americanos e custeio e investimentos em reais.

Em milhões de R\$									
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09			2011
Ativo	R\$ 51	R\$ 114	Pré	8,78%	50	113	271	-	-
Passivo	USD 30	USD 64	USD	0,00%	(48)	(111)	(243)	-	-
Líquido					2	2	28	-	2

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas denominadas em dólares norte-americanos

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial USD/BRL. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a

estratégia de proteção de moeda da Vale, é contrabalançar a exposição à moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Programa de proteção cambial de fluxo de caixa

- **NDFs (*non-deliverable forward*):** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas transações de NDFs para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento de moedas entre receitas em dólares norte-americanos e custeio e investimentos em reais.

Fluxo	Valor Principal (USD milhões)		Compra / Venda	Taxa Média (BRL/USD)	Valor justo		Em milhões de R\$
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	Perda/Ganho Realizado
							31-dez-10
Termo	-	3	V	-	-	-	0,3

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas denominadas em dólares norte-americanos

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial USD/BRL. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da Vale, é contrabalançar a exposição à moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos em euros

- **Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foi realizada uma operação de *swap* para converter o fluxo de caixa de dívidas em euros indexadas à *Euribor* para dólares norte-americanos indexados à *Libor*. Esta operação foi utilizada para converter o fluxo de uma dívida em euros, com valor nominal remanescente de € 0.1 milhão, emitida em 2003 pela Vale. Nesta operação a Vale recebe taxas flutuantes em euros (*Euribor*) e paga remuneração atrelada a taxas flutuantes em dólares norte-americanos (*Libor*).

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011
Ativo	€ 0,1	€ 0,3	EUR	Euribor+0,875%	0,3	1	0,3	-	-
Passivo	USD 0,2	USD 0,3	USD	Libor+1,0425%	(0,3)	(1)	(0,3)	-	-
Líquido					-	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das dívidas atrelada a Euro

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/USD. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da Vale, é contrabalançar a exposição à moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

- **Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do custo da dívida em Dólares, foi realizada uma operação de *swap* para converter o fluxo de caixa de dívidas em Euros para dólares norte-americanos. Esta operação foi utilizada para converter o fluxo de parte da dívida em Euros, com valor nominal € 44 milhões, emitida em 2010 pela Vale. Nesta operação, a Vale recebe taxas fixas em Euros e paga remuneração atrelada a taxas fixas em dólares norte-americanos.

Em milhões de R\$												
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano			
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-10	2011	2012
Ativo	€29	-	EUR	4,375%	74	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 39	-	USD	4,712%	(75)	-	-	-	-	-	-	-
Líquido					(1)	-	-	1	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte das dívidas atrelada a Euro

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/USD. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da Vale, é contrabalançar a exposição à moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos sujeitos à taxa flutuante em dólares norte-americanos

- **Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foi realizada uma operação de *swap* para converter o fluxo de caixa de uma dívida sindicalizada emitida pela Vale Canada Ltd., subsidiária integral da Vale, no ano de 2004, com valor nominal inicial de USD 11,6 milhões indexada a taxa flutuante (*Libor*) para taxa fixas. Na operação de proteção, a Vale paga à contraparte taxa fixa e recebe remuneração atrelada a taxa flutuante (*Libor*).

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	En milhões de R\$	
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	VaR	Valor justo por ano
									2011
Ativo	USD 6	USD 12	USD	Libor	10	15	-	-	-
Passivo			USD	4,795%	(10)	(16)	(1)	-	-
Líquido					-	(1)	(1)	-	(0,3)

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: dívida flutuante da Vale Canadá

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação da *Libor*.

Programa de proteção cambial para venda de carvão a preço fixo

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa associada a contratos de venda de carvão a preço fixo, a Vale realizou operações a termo de compra de dólares australianos de modo a equalizar as moedas de custo e de receita.

En milhões de R\$									
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Compra / Venda	Taxa Média (AUD/USD)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011
Termo	AUD 0,4	AUD 2	C	0,66	0,2	0,9	0,9	-	0,2

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte dos custos da Vale em dólares australianos

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial AUD/USD.

Programas de proteção cambial e de juros em 2010

Em março, a Vale realizou operações similares de *swap* com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa devido ao fechamento de câmbio referente à emissão de título indexado a Euros. Estes *swaps* foram contratados e liquidados em março, quando a Vale recebeu R\$ 0,2 milhão.

Entre maio e junho, a Vale realizou operações de *swaps* para proteger o risco de mercado advindo da variação cambial entre dólares norte-americanos e reais com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa devido ao fechamento de câmbio referente à permuta de notas conversíveis. Nestas operações, a Vale pagou taxa fixa em dólares e recebeu taxas fixas em reais. No vencimento das operações, em 14 de junho, a Vale recebeu R\$ 4 milhões.

Em setembro, a Vale realizou operações de *swap* de taxas de juros com o objetivo de fixar antecipadamente a *treasury* utilizada na precificação da emissão de títulos de 10 anos da Vale, neutralizando parte da volatilidade do custo da emissão. Estes *swaps* foram contratados e liquidados em setembro, quando a Vale recebeu R\$ 0,1 milhão.

Posições em derivativos de *commodities*

O fluxo de caixa da Vale também está exposto a diferentes riscos de mercado associados à volatilidade dos preços de *commodities*. Com objetivo de reduzir o efeito dessa volatilidade, a Vale contratou as seguintes operações com derivativos:

Programa de *hedge* estratégico de fluxo de caixa de alumínio

Com o objetivo de proteção do fluxo de caixa em 2010, a Vale realizou operações de *hedge* em que fixa o preço de parte das vendas de alumínio no período.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Em milhões de R\$ Perda/Ganho Realizado
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Put	-	6.972	C	-	-	1	-
Call	-	6.972	V	-	-	(4)	(1,72)
Líquido					-	(3)	(1,72)
Termo	-	6.972	V	-	-	(4)	(3)

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do alumínio

O resultado de perda/ganho para as operações de *forwards* é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do alumínio. No entanto, no caso das opções, por se tratar de instrumentos não-lineares, os resultados desses instrumentos compensam parcialmente o resultado do item protegido (ver quadro de sensibilidade).

Programa de proteção estratégica de fluxo de caixa de níquel

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa em 2010, a Vale realizou operações de proteção em que fixa o preço de parte das vendas de níquel no período.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Termo	-	1.692	V	-	-	(2)	(11)

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*) e contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do níquel

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de *hedge* para operações de venda de níquel

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa para os anos de 2010 e 2011, a Vale realizou operações de *hedge* onde fixa o preço de parte das vendas no período.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Em milhões de R\$				
					Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011
Termo	1.089	-	V	21.887	(5)	-	-	1	(5)

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do níquel

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de venda de níquel a preço fixo

Com o objetivo de manter a exposição a flutuações de preço do níquel, foram realizadas operações de derivativos para converter para preço flutuante os contratos comerciais de Níquel com clientes que solicitam a fixação do preço. As operações têm como objetivo garantir que os preços relativos a estas vendas sejam equivalentes à média de preços da LME no momento da entrega física do produto para o cliente. As operações usualmente realizadas neste programa são compras de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão. Estas operações são revertidas antes do vencimento original de modo a casar com as datas de liquidação dos contratos comerciais que tiveram o preço fixado. Quando o 'Programa de proteção estratégica de fluxo de caixa de níquel' ou o 'Programa de *hedge* para operações de venda de níquel' são executados, o 'Programa de venda a preço fixo' é interrompido.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Em milhões de R\$					
					Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano	
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011	2012
Futuros	126	199	C	18.694	1	1	2	0,3	1	-

Tipo de contrato: contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da Vale fixadas a um preço pré-determinado para clientes finais

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de proteção para operações de compra de níquel

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de precificação da compra de Níquel (concentrado, catodo, sinter e outros tipos) e o período da revenda do produto processado, foram realizadas operações de proteção. Os itens comprados são matérias-primas utilizadas no processo de produção de níquel refinado. As operações usualmente realizadas neste caso são vendas de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Em milhões de R\$				
					Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011
Futuros	6	84	V	23.232	-	(0,2)	(1)	-	-

Tipo de contrato: contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do níquel

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de proteção para compra de óleo combustível – *Bunker Oil*

Com o objetivo de reduzir o impacto das oscilações dos preços do óleo combustível (*Bunker Oil*) na contratação de frete e, consequentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Vale, foram realizadas operações de proteção deste insumo. As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo.

Fluxo	Valor Principal (mt)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/mt)	Em milhões de R\$				
					Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011
Termo	13.944	26.261	C	459	1	5	4	0,2	1

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte do custo da Vale atrelada ao preço do óleo combustível

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do óleo combustível.

Programa de proteção para contratação de frete marítimo

Com o objetivo de reduzir o impacto das oscilações dos preços de frete marítimo contratado para viabilizar a venda de produtos nas modalidades CIF e CFR e, consequentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Vale, foram realizadas operações de proteção de frete (FFA - *Forward Freight Agreement*). As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo.

	Em milhões de R\$						
Fluxo	Valor Principal (dias)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/dia)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Termo	-	356	C	-	-	3	2

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte do custo da Vale atrelado ao preço de frete marítimo

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço frete marítimo.

Programa de proteção para operações de venda de carvão

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa para o ano de 2010, a Vale realizou operações de proteção onde fixa o preço de parte das vendas no período.

	Em milhões de R\$						
Fluxo	Valor Principal (mt)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/mt)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Termo	-	-	V	-	-	-	

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do carvão

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do carvão.

Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de cotação da compra de sucata de cobre e o período de cotação da venda do produto final a Vale realizou operações de *hedge*. A sucata comprada é combinada com outros insumos para produzir cobre para os seus clientes finais. Neste caso, normalmente as operações realizadas são vendas com liquidação futura na bolsa (LME) ou em mercado de balcão.

Fluxo	Valor Principal (lbs)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/lbs)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011
Termo	22.466	-	V	4	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do cobre

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do cobre.

Posições em Derivativos embutidos

O fluxo de caixa da Vale também está exposto à diversos riscos de mercado associados a contratos que contem derivativos embutidos ou funcionam como derivativos. Da perspectiva da Vale, podem incluir mas não estão limitados à contratos comerciais, contratos de compra, contratos de aluguel, títulos, apólices de seguros e empréstimos. Os derivativos embutidos observados em 2010 são os seguintes:

Compra de Energia

Contrato de compra de energia entre a Albras, controlada da Vale, e a Eletronorte, que contém uma cláusula que define a cobrança de prêmio sobre o valor da energia caso o preço do alumínio seja negociado entre US\$ 1.450/ton e US\$ 2.773/ton. Esta cláusula é considerada um derivativo embutido.

Em milhões de R\$										
Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano	
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011	2012
Call	11.633	11.633	C	2.773	3	3	-	-	-	-
Call	11.633	11.633	V	1.450	(20)	(17)	-	-	-	-
Total					(17)	(14)	-	1	(9)	(8)

Compra de produtos intermediários e matérias-primas

Contratos de compra de matérias-primas e concentrado de níquel que contêm provisões de preço baseadas no preço futuro de cobre e níquel. Estas provisões são consideradas derivativos embutidos.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011
Forw ards Níquel	114	26	v	23.590	(0,1)	-	0,2	-	(0,1)
Forw ards Cobre	371	201		8.607	(0,3)	(0,1)	(0,1)	-	(0,3)
Total					(0,4)	(0,1)	0,1	0,2	(0,4)

Posições de Companhias de controle compartilhado

Apresentamos a seguir os valores justos dos derivativos de Companhias de controle compartilhado da Vale. Esses instrumentos são gerenciados sob as políticas de risco próprias de cada uma dessas Companhias. Contudo os valores nominais e os efeitos das marcações a mercado são reconhecidos nas demonstrações contábeis na proporção da participação da Vale em cada uma dessas Companhias.

Programa de proteção cambial

A fim de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram contratadas operações de *swaps* para converter para reais os fluxos de caixa de dívidas indexadas ao dólar norte-americano. Neste *swap*, é recebida uma taxa fixa em dólares norte-americanos e executado pagamentos em reais, indexados ao CDI.

Em milhões de R\$							
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		VaR
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Swap taxa fixa vs. CDI							
Ativo	USD 5	USD 7	USD	1,91%	9	12	-
Passivo	R\$ 10	R\$ 14	CDI	100,00%	(11)	(16)	-
Líquido					(2)	(4)	

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: Dívidas atreladas ao USD

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação da cotação do USD/BRL.

Programa de *hedge*

Foram contratadas operações de *swaps* para transformar parte dos pagamentos de dívidas atreladas a *Libor* USD em pagamentos em taxa fixa em dólares norte-americanos. Neste *swap*, são recebidas taxas flutuantes (*Libor* USD) em dólares norte-americanos e executado pagamentos em taxas fixas em dólares norte-americanos.

Em milhões de R\$							
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		VaR
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Swap USD flutuante vs. pré							
Ativo	USD 1	USD 1	Libor	Libor + 0,65%	1,1	1,7	-
Passivo			Pré	3,98%	(1,2)	(1,8)	-
Líquido					(0,1)	(0,1)	

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item hedgeado: Dívidas atreladas a *Libor* USD

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação da *Libor* USD.

Análise de Sensibilidade – Derivativos da Controladora e Controladas

Os quadros a seguir apresentam os ganhos/perdas potenciais de todas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2010 considerando os seguintes cenários de stress:

- Precificação a mercado: cálculo do valor justo considerando as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2010;
- Cenário I: deterioração de 25% - perdas potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- Cenário II: evolução de 25% - ganhos potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;

- Cenário III: deterioração de 50% - perdas potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- Cenário IV: evolução de 50% - ganhos potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da Vale.

Análise de sensibilidade - Derivativos de câmbio e juros

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados ao CDI	Sw ap CDI vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(79)	79	(157)	157
		Flutuação do cupom cambial	19	(5)	5	(11)	10
		Flutuação da taxa pré em reais		(2)	2	(3)	4
		Variação USD Libor		(1)	1	(1)	1
	Sw ap CDI vs. taxa flutuante em USD	Flutuação do BRL/USD		(6)	6	(13)	13
		Flutuação da taxa pré em reais	1	-	-	-	-
		Variação USD Libor		-	-	-	-
	Item Protegido - Dívida indexada ao CDI	Flutuação do BRL/USD	n.a.	-	-	-	-
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP	Sw ap TJLP vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(29)	29	(57)	57
		Flutuação do cupom cambial	6	(2)	1,7	(4)	3
		Flutuação da taxa pré em reais		(4)	4	(7)	9
		Flutuação TJLP		(5)	5	(9)	9
	Sw ap TJLP vs. taxa flutuante em USD	Flutuação do BRL/USD		(8)	8	(17)	17
		Flutuação do cupom cambial		(1)	1	(1)	1
		Flutuação da taxa pré em reais	3	(1)	1	(2)	2
		Flutuação TJLP		(2)	2	(4)	4
		Variação USD Libor		(1)	1	(2)	2
	Item Protegido - Dívida indexada à TJLP	Flutuação do BRL/USD	n.a.	-	-	-	-
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à taxa fixa	Sw ap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(2)	2	(5)	5
		Flutuação do cupom cambial	0,1	(0,1)	0,1	(0,2)	0,2
		Flutuação da taxa pré em reais		(0,2)	0,3	(0,5)	1
	Item Protegido - Dívida indexada à taxa fixa em BRL	Flutuação do BRL/USD	n.a.	2	(2)	5	(5)
Hedge cambial de fluxo de caixa - Vale	Sw ap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(12)	12	(24)	24
		Flutuação do cupom cambial	2	(0,2)	0,2	(1)	0
		Flutuação da taxa pré em reais		(1)	1	(2)	2
	Item protegido - Parte da receita denominada em dólares norte-americanos	Flutuação do BRL/USD	n.a.	12	(12)	24	(24)
Hedge cambial de fluxo de caixa - Albras	Sw ap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(6)	6	(12)	12
		Flutuação do cupom cambial	7	(0,1)	0,1	(0,2)	0,1
		Flutuação da taxa pré em reais		(0,4)	0,4	(1)	1
	Item protegido - Parte da receita denominada em dólares norte-americanos	Flutuação do BRL/USD	n.a.	6	(6)	12	(12)
Programa de proteção para empréstimos e financiamentos em euros	Sw ap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD	Flutuação do BRL/USD		-	-	-	-
		Flutuação do EUR/USD	-	(0,1)	0,1	(0,2)	0,2
		Flutuação da Euribor		-	-	-	-
		Flutuação da Libor Dólar		-	-	-	-
	Item Protegido - Dívida indexada à Euro	Flutuação do EUR/USD	n.a.	0,1	(0,1)	3	(0,2)
Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos em euros	Sw ap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(0,3)	0,3	(1)	1
		Flutuação do EUR/USD	(1)	(18)	18	(37)	37
		Flutuação da Euribor		(1)	1	(1)	1
		Flutuação da Libor Dólar		(1)	1	(2)	2
	Item Protegido - Dívida indexada à Euro	Flutuação do EUR/USD	n.a.	18	(18)	37	(37)
Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos atrelados a taxa flutuante em USD	Sw ap USD flutuante vs. USD fixo	Flutuação do BRL/USD		(0,1)	0,1	(0,2)	0,2
		Variação USD Libor	(0,4)	-	-	-	-
	Item Protegido - Dívida pós-fixada da Vale Inco	Flutuação da Libor Dólar	n.a.	-	-	-	-
Programa de Proteção Cambial para Venda de Carvão a Preço Fixo	Compra a termo de Dólar Australiano	Flutuação do USD/AUD		(0,2)	0,2	(0,3)	0,3
		Flutuação do BRL/USD	0,2	(0,1)	0,1	(0,1)	0,1
		Variação USD Libor		-	-	-	-
	Item Protegido: Parte dos custos da Vale demoninados em dólar australiano	Flutuação do USD/AUD	n.a.	0,2	(0,2)	0,3	(0,3)

Análise de sensibilidade - Derivativos de commodities

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Programa de <i>hedge</i> para operações de vendas de níquel	Contratos de venda de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		(11)	11	(22)	22
		Variação USD Libor	(5)	-	-	(0,1)	0,1
		Flutuação USD/BRL		(1)	1	(2)	2
	Item hedgeado - Parte da receita da Vale atrelada ao preço do níquel	Flutuação do preço do níquel	n.a.	11	(11)	22	(22)
Programa de venda de níquel a preço fixo	Contratos de compra de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		(1)	1	(3)	3
		Variação USD Libor	1	-	-	-	-
		Flutuação USD/BRL		(0,3)	0,3	(1)	1
	Item Protegido - Parte da receita das vendas de Níquel com preços fixos	Flutuação do preço do níquel	n.a.	1	(1)	3	(3)
Programa de proteção para operações de compra de níquel	Contratos de venda de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		-	0,1	(0,1)	0,1
		Variação USD Libor	-	-	-	-	-
		Flutuação USD/BRL		-	-	-	-
	Item Protegido - Parte da receita da Vale atrelada ao preço do níquel	Flutuação do preço do níquel	n.a.	-	(0,1)	0,1	(0,1)
Programa de Proteção para Compra de Óleo Combustível	Compra a termo de Óleo Combustível - Bunker Oil	Flutuação do preço do Bunker Oil		(3)	3	(6)	6
		Variação USD Libor	1	-	-	-	-
		Flutuação USD/BRL		(0,3)	0,3	(1)	1
	Item Protegido - Parte dos custos atrelado ao preço do óleo combustível	Flutuação do preço do Bunker Oil	n.a.	3	(3)	6	(6)
Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre	Contratos de venda de cobre com liquidação futura	Flutuação do preço do cobre		(0,1)	-	(0,1)	-
		Variação USD Libor	-	-	-	-	-
		Flutuação USD/BRL		-	-	-	-
	Item Protegido - Parte da receita da Vale atrelada ao preço do cobre	Flutuação do preço do cobre	n.a.	0,1	(0,1)	0,1	-

Análise de sensibilidade - Derivativos embutidos

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Níquel)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço do níquel	(0,1)	(0,4)	0,4	(1)	1
		Flutuação USD/BRL		-	-	(0,1)	0,1
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Cobre)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço de cobre		(1)	1	(3)	3
		Flutuação USD/BRL	(0,3)	(0,1)	0,1	(0,3)	0,3
Derivativo embutido - compra de energia	Derivativo Embutido - Compra de Energia - Opções de Alumínio	Flutuação do preço do alumínio	(17)	(5)	9	(7)	16
		Flutuação USD/BRL		(4)	4	(8)	8

Análise de Sensibilidade - Derivativos de Companhias de Controle Compartilhado

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Programa de proteção cambial	Sw ap CDI vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(2)	2	(4)	4
		Flutuação do cupom cambial	(2)	-	-	(0,1)	0,1
		Flutuação da taxa pré em reais		-	-	-	-
	Item Protegido - Dívida indexada à dólares norte-americanos	Flutuação do BRL/USD	n.a.	2	(2)	4	(4)
Programa de <i>hedge</i> cambial	Sw ap USD flutuante vs. Pré	Flutuação do BRL/USD	-	-	-	-	-
		Flutuação da Libor Dólar		-	-	-	-
	Item protegido - Dívida indexada a Libor	Flutuação da Libor Dólar	n.a.	-	-	-	-

Análise de Sensibilidade - Dívida e Investimentos de Caixa

Os programas de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais estão sujeitos à variação da taxa de câmbio, tais como EUR/USD e USD/BRL.

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	(411)	411	(822)	822
Financiamento	Dívida denominada em EUR	Flutuação do EUR/USD	(0,3)	0,3	(1)	1
Investimentos de caixa	Investimentos denominada em BRL	Sem flutuação	-	-	-	-
Investimentos de caixa	Investimentos denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	(106)	106	(212)	212

Risco de crédito nas operações e *rating* das instituições financeiras

As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição a instituições financeiras são propostos anualmente para o comitê executivo de gestão de riscos e aprovados pela diretoria executiva da Vale. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia de avaliação de risco de crédito que considera, dentre outras informações, os *ratings* divulgados pelas agências de *rating*. No quadro abaixo, apresentamos os *ratings* em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Vale tinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2010.

Nome da Contraparte	Moody's *	S&P*
Banco Santander	Aa3	AA
Itau Unibanco*	A2	-
HSBC	A1	AA-
JP Morgan Chase & Co	A1	A+
Banco Bradesco*	A1	BBB
Banco do Brasil*	A2	BBB-
Banco Votorantim*	A3	BB+
Credit Agricole	Aa2	AA-
Standard Bank	A3	A
Deutsche Bank	A1	A+
BNP Paribas	Aa3	AA
Standard Bank	-	-
Citigroup	Baa1	A
Banco Safra*	Baa1	BBB-
ANZ Australia and New Zeland Banking	Aa2	AA
Banco Amazônia SA	-	-
Societe Generale	Aa3	A+
Bank of Nova Scotia	Aa2	AA-
Natixis	A1	A+
Royal Bank of Canada	Aa2	AA-
China Construction Bank	A1	A-
Goldman Sachs	A2	A
Bank of China	A1	A-
Barclays	Baa1	A+
BBVA Banco Bilbao Vizcaya Argentari	Aa3	AA

* Para bancos brasileiros foi usado rating global dos depósitos em moeda local

Curvas de mercado

Na construção das curvas utilizadas para a precificação dos derivativos foram utilizados dados públicos da BM&FBovespa, Banco Central do Brasil, London Metals Exchange (LME) e dados proprietários de Thomson Reuters, Bloomberg L.P. e Enerdata.

1. Curvas de Produtos

Alumínio

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	2.461	OUT11	2.505	AGO12	2.541
JAN11	2.459	NOV11	2.508	SET12	2.543
FEV11	2.465	DEZ11	2.511	OUT12	2.546
MAR11	2.471	JAN12	2.516	NOV12	2.548
ABR11	2.477	FEV12	2.520	DEZ12	2.551
MAI11	2.481	MAR12	2.525	JAN13	2.553
JUN11	2.487	ABR12	2.528		
JUL11	2.492	MAI12	2.532		
AGO11	2.497	JUN12	2.535		
SET11	2.502	JUL12	2.538		

Níquel

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	24.708	OUT11	24.600	AGO12	24.022
JAN11	24.715	NOV11	24.550	SET12	23.948
FEV11	24.735	DEZ11	24.500	OUT12	23.874
MAR11	24.748	JAN12	24.445	NOV12	23.800
ABR11	24.755	FEV12	24.390	DEZ12	23.725
MAI11	24.745	MAR12	24.335	JAN13	23.663
JUN11	24.730	ABR12	24.280		
JUL11	24.715	MAI12	24.225		
AGO11	24.690	JUN12	24.170		
SET11	24.650	JUL12	24.096		

Cobre

Vencimento	Preço (USD/lb)	Vencimento	Preço (USD/lb)	Vencimento	Preço (USD/lb)
SPOT	4,44	MAR11	4,45	MAI11	4,44
JAN11	4,44	ABR11	4,44	JUN11	4,43
FEV11	4,44				

Óleo Combustível - Bunker Oil

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	505	OUT11	514	AGO12	532
JAN11	505	NOV11	514	SET12	532
FEV11	503	DEZ11	514	OUT12	532
MAR11	503	JAN12	532	NOV12	532
ABR11	506	FEV12	532	DEZ12	532
MAI11	506	MAR12	532	JAN13	532
JUN11	506	ABR12	532		
JUL11	511	MAI12	532		
AGO11	511	JUN12	532		
SET11	511	JUL12	532		

Alumínio - Volatilidade

Vencimento	Vol (%a.a.)	Vencimento	Vol (%a.a.)	Vencimento	Vol (%a.a.)
VOLSPOT	25,5	VOL9M	27,0	VOL4A	24,5
VOL1M	26,5	VOL1A	26,7	VOL5A	24,0
VOL3M	27,0	VOL2A	25,9	VOL7A	24,0
VOL6M	27,1	VOL3A	25,1	VOL10A	24,0

FFA - Forward Freight Agreement

Vencimento	Preço (USD/dia)	Vencimento	Preço (USD/dia)	Vencimento	Preço (USD/dia)
SPOT	20.009	OUT11	22.333	AGO12	22.083
JAN11	20.283	NOV11	22.333	SET12	22.083
FEV11	22.021	DEZ11	22.333	OUT12	22.083
MAR11	23.042	JAN12	22.083	NOV12	22.083
ABR11	23.642	FEV12	22.083	DEZ12	22.083
MAI11	23.642	MAR12	22.083	JAN13	21.992
JUN11	23.642	ABR12	22.083		
JUL11	22.450	MAI12	22.083		
AGO11	22.450	JUN12	22.083		
SET11	22.450	JUL12	22.083		

Carvão

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	128,25	OUT11	119,0	AGO12	119,75
JAN11	128,25	NOV11	119,0	SET12	119,75
FEV11	128,25	DEZ11	119,0	OUT12	119,75
MAR11	128,25	JAN12	119,8	NOV12	119,75
ABR11	128,0	FEV12	119,8	DEZ12	119,75
MAI11	128,0	MAR12	119,8	JAN13	116,5
JUN11	128,0	ABR12	119,8		
JUL11	119,0	MAI12	119,8		
AGO11	119,0	JUN12	119,8		
SET11	119,0	JUL12	119,8		

2. Curvas de Taxas

Cupom Cambial - USD Brasil

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
01/02/2011	2,16	01/04/2013	3,13	01/10/2015	4,48
01/03/2011	2,10	01/07/2013	3,28	04/01/2016	4,62
01/04/2011	2,20	01/10/2013	3,46	01/07/2016	4,74
01/07/2011	2,29	02/01/2014	3,61	02/01/2017	4,88
03/10/2011	2,42	01/04/2014	3,77	02/01/2018	5,10
02/01/2012	2,52	01/07/2014	3,90	02/01/2019	5,36
02/04/2012	2,66	01/10/2014	4,06	02/01/2020	5,58
02/07/2012	2,77	02/01/2015	4,21	04/01/2021	5,81
01/10/2012	2,90	01/04/2015	4,29	03/01/2022	6,04
02/01/2013	2,99	01/07/2015	4,37	02/01/2023	6,28

Curva de Juros USD

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
USD1M	0,26	USD6M	0,46	USD11M	0,72
USD2M	0,28	USD7M	0,51	USD12M	0,78
USD3M	0,30	USD8M	0,56	USD2A	0,80
USD4M	0,35	USD9M	0,61	USD3A	1,30
USD5M	0,40	USD10M	0,67	USD4A	1,82

TJLP

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
03/01/2011	6,00	02/07/2012	6,00	01/07/2014	6,00
01/02/2011	6,00	01/10/2012	6,00	01/10/2014	6,00
01/03/2011	6,00	02/01/2013	6,00	02/01/2015	6,00
01/04/2011	6,00	01/04/2013	6,00		
01/07/2011	6,00	01/07/2013	6,00		
03/10/2011	6,00	01/10/2013	6,00		

Curva pré em Reais

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
03/01/2011	10,66	02/07/2012	12,25	01/07/2014	12,09
01/02/2011	10,78	01/10/2012	12,28	01/10/2014	12,04
01/03/2011	10,91	02/01/2013	12,27	02/01/2015	12,04
01/04/2011	11,16	01/04/2013	12,29	01/04/2015	11,97
01/07/2011	11,62	01/07/2013	12,23	01/07/2015	11,97
03/10/2011	11,91	01/10/2013	12,23	01/10/2015	11,92
02/01/2012	12,05	02/01/2014	12,15	04/01/2016	11,95
02/04/2012	12,17	01/04/2014	12,10	01/07/2016	11,92

3. Curvas de Moedas

EURO

Vencimento	EUR/USD	Vencimento	EUR/USD	Vencimento	EUR/USD
EURSPOT	1,34	EUR9M	1,34	EUR4A	1,34
EUR1M	1,34	EUR1A	1,34	EUR5A	1,35
EUR3M	1,34	EUR2A	1,34	EUR7A	1,38
EUR6M	1,34	EUR3A	1,34	EUR10A	1,41

AUD

Vencimento	AUD/USD	Vencimento	AUD/USD	Vencimento	AUD/USD
AUDSPOT	1,02	AUD9M	0,99	AUD4A	0,87
AUD1M	1,02	AUD1A	0,98	AUD5A	0,85
AUD3M	1,01	AUD2A	0,93	AUD7A	0,82
AUD6M	1,00	AUD3A	0,90	AUD10A	0,78

Cotação de Fechamento

USD/CAD	1,0020	USD/BRL	1,6662	EUR/USD	1,3372
---------	--------	---------	--------	---------	--------

Movimentação saldos de Balanço:

	Consolidado									
	Ativo					Passivo				
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1 de janeiro de 2009
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante
Derivativos não designados como o hedge										
Risco de câmbio e taxa de juros										
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em USD	-	29	-	80	-	-	-	-	-	76
Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Swap taxa fixa em USD vs. CDI	-	-	-	-	-	2	-	2	1	-
Swap USD flutuante vs. pré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Swap EuroBonds	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Swap pré-dólar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra a termo de Dólares Australianos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	-	29	-	81	-	2	1	3	1	78
Riscos de preços de produtos										
Níquel										
Compra/ Venda a preço fixo	1	-	1	-	5	1	-	-	1	-
Programa estratégico	-	-	-	-	-	2	-	3	-	-
Frete marítimo	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Gás natural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alumínio	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Óleo combustível	2	-	5	-	-	-	-	-	-	-
Carvão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cobre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3	-	9	-	5	3	-	5	1	-
Derivativos designados como hedge										
Hedge cambial de fluxo de caixa	2	-	2	6	-	-	-	-	-	-
Níquel estratégico	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-
Alumínio	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
	2	-	2	6	-	-	5	7	-	-
Total	5	29	11	87	5	5	6	15	2	78

Efeitos dos derivativos no patrimônio líquido

Os reflexos da contabilidade de *hedge* que afetam o Patrimônio Líquido são demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	Moeda	Alumínio	Níquel	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	-	-	-
Atualização do valor justo	4	(4)	-	-
Total da movimentação do período	4	(4)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4	(4)	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2010	4	(4)	-	-
Atualização do valor justo	25	(1)	(5)	18
Transf. para o resultado por realização	(25)	5	-	(20)
Total da movimentação do período	4	-	(5)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8	(4)	(5)	(2)

Efeitos dos Derivativos no Resultado

Derivativos não designados como *hedge*

Risco de câmbio e de taxas de juros

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<i>Swaps</i> CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em USD	44	184
<i>Swap</i> taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD	(1)	-
<i>Swap</i> taxa flutuante em Euro vs. taxa fixa em USD	-	-
Compra a termo de Dólares Australianos	-	1
<i>Swap</i> Taxa Fixa em USD vs. CDI	-	(4)
<i>Swap</i> NDF	-	-
<i>Swap Libor</i> flutuante vs. <i>Libor</i> fixa	-	-
<i>Swap EuroBonds</i>	-	-
<i>Swap Convertibles</i>	4	-
<i>Swap</i> pré-dólar	-	-
	47	181

Risco de preços de produtos

Níquel		
Compra/ Venda de níquel a preço fixo	-	5
Proteção para operações de compra de níquel	-	(5)
Programa estratégico	(9)	(11)
Cobre		
Sucata de cobre/ cobre estratégico	-	-
Gás natural	-	-
Frete marítimo	(1)	7
Óleo combustível	-	7
Carvão	-	-
	(10)	3

Derivativos embutidos:

Venda de níquel a preço fixo	-	(9)
Compra de matéria-prima	-	(2)
Compra de energia - opção de alumínio	(5)	-
	(5)	(11)

Derivativos designados como *hedge*

Fluxo de caixa	28	-
Alumínio	-	(2)
	28	(2)

Total

Receitas Financeiras	78	204
(Despesas) Financeiras	(18)	(33)
	60	171

Efeitos dos Derivativos no Fluxo de Caixa

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Derivativos não designados como <i>hedge</i>		
Risco de câmbio e de taxas de juros		
<i>Swaps</i> CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em USD	(96)	(27)
<i>Swap</i> taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD	1	1
<i>Swap</i> taxa flutuante em Euro vs. taxa fixa em USD	-	-
Compra a termo de Dólares Australianos	(1)	(1)
<i>Swap</i> Taxa Fixa em USD vs. CDI	3	-
<i>Swap</i> NDF	-	-
<i>Swap Libor</i> flutuante vs. <i>Libor</i> fixa	-	-
<i>Swap EuroBonds</i>	-	-
<i>Swap Convertibles</i>	(4)	-
	(97)	(27)
Risco de preços de produtos		
Níquel		
Compra/ Venda de níquel a preço fixo	(1)	7
Programa estratégico	11	8
Gás natural	-	1
Frete marítimo	(2)	(4)
Óleo combustível	(4)	(2)
Alumínio	2	-
Carvão	-	-
	6	10
Derivativos embutidos:		
Derivativos designados como <i>hedge</i>		
Fluxo de caixa	(33)	-
Alumínio	5	-
	(28)	-
Total	(119)	(17)

Os vencimentos dos últimos contratos dos derivativos são apresentados a seguir:

Moedas / Juros (<i>LIBOR</i>)	Dezembro de 2019
Alumínio	Dezembro de 2010
Óleo combustível	Dezembro de 2011
Frete	Dezembro de 2010
Níquel	Dezembro de 2012
Cobre	Fevereiro de 2011
Carvão	Dezembro de 2010

25. Obrigações com Benefícios de Aposentadoria

VALE

Os resultados da avaliação atuarial estão assim representados:

A Vale patrocina um plano de previdência complementar com características de benefício definido, cobrindo substancialmente todos os empregados, sendo o cálculo dos benefícios baseado em tempo de serviço, idade, salário de contribuição e complementação aos benefícios da seguridade social. Este plano é administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA e foi financiado pelas

contribuições mensais realizadas pela patrocinadora e empregados, calculadas com base em estimativas atuariais periódicas.

Em maio de 2000, foi implementado um novo plano de previdência complementar com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte aposentaria por invalidez e auxílio doença). Por ocasião do lançamento deste (Plano de Benefícios Vale Mais), foi oferecida aos empregados ativos a oportunidade de transferência para o mesmo. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela transferência. O de benefício definido continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

Adicionalmente, um grupo específico de ex-empregados tem direito a pagamentos suplementares aos benefícios normais da VALIA, através do chamado Abono Complementação acrescido de um benefício pós-aposentadoria que cobre assistência médica, odontológica e farmacêutica a este grupo específico.

Em 2010, com a aquisição de negócios de fertilizantes, a Vale consolidou compromissos assumidos com fundo de pensão de benefícios definidos, e outros planos de benefícios pós-aposentadoria, conforme a seguir:

Plano de benefícios definidos mantido por intermédio da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS, para os empregados admitidos até setembro de 1993 da Ultrafertil S.A., subsidiária integral da Vale Fertilizantes. Esse plano de previdência possui 1.684 empregados, dos quais 1.466 já estão recebendo suplementação de aposentadoria/pensão.

Plano de previdência privada, na modalidade de Fundo Garantidor de Benefícios, administrado pela Bradesco Previdência e Seguros S.A., visa atender os empregados elegíveis da Vale Fertilizantes e empregados não atendidos pela PETROS da subsidiária Ultrafertil S.A.

A Vale Fertilizantes e sua subsidiária integral pagam aos empregados que sejam elegíveis a multa do FGTS conforme acordo sindical e proporcionam determinados benefícios de saúde para empregados aposentados, que sejam elegíveis.

A Vale Fosfatados possui um plano na modalidade de contribuição definida, administrado pela Bungeprev, que garante um benefício mínimo na aposentadoria dos empregados elegíveis. Além disso, a empresa proporciona determinados benefícios de saúde para empregados aposentados.

Com a aquisição da Vale Canadá Limited, (anteriormente Vale Inco), a Companhia assumiu compromissos através de fundos de pensão com benefícios definidos que cobrem essencialmente todos os seus empregados e outros planos de benefícios pós aposentadoria que proporcionam determinados benefícios de saúde e seguro de vida para empregados aposentados.

A Vale não registra em seu balanço patrimonial o ativo decorrente da avaliação atuarial sobre plano de pensão superavitário, por não haver claramente uma evidência na sua realização, conforme estabelece o pronunciamento em vigor. Entretanto, para possibilitar um maior entendimento, os ativos garantidores desses planos foram divulgados em notas explicativas.

As informações a seguir detalham o status dos elementos de benefício definido de todos os planos, de acordo com os pronunciamentos, bem como os custos a eles relacionados.

I. Evolução do valor presente das obrigações

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1ª de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no início do exercício	276	477	132	248	494	145	264	519	172
Passivo inicial reconhecido com novas consolidações	37	1	5	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	-	7	3	-	6	2	-	8	3
Custo dos juros	33	37	10	27	38	10	26	32	9
Benefícios pagos	(27)	(38)	(8)	(22)	(35)	(7)	(27)	(34)	(7)
Ajuste no plano	-	2	-	-	-	-	-	2	-
Alteração das hipóteses	-	-	-	-	-	-	(15)	(56)	(40)
Perda (ganho) atuarial	31	25	1	23	28	3	-	-	-
Efeitos de variações cambiais	-	1	2	-	(54)	(21)	-	22	8
Valor presente das obrigações no final do exercício	350	512	145	276	477	132	248	493	145

II. Evolução do valor justo dos ativos

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1ª de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor justo dos ativos no início do exercício	418	414	1	345	409	1	367	452	1
Ativo inicial reconhecido com novas consolidações	44	1	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento real dos ativos	55	41	-	41	51	-	5	(62)	-
Contribuição da patrocinadora	-	18	8	-	22	7	-	33	6
Benefícios pagos	(27)	(38)	(8)	(23)	(35)	(7)	(27)	(34)	(6)
Ganhos/Perdas atuariais	51	13	-	55	12	-	-	-	-
Efeitos de variações cambiais	-	1	-	-	(45)	-	-	19	-
Valor justo dos ativos no final do exercício	541	450	1	418	414	1	345	408	1

Os ativos dos planos administrados pela Vale em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 incluem investimentos em carteira de nossas próprias ações no valor de R\$ 50, R\$ 59 e R\$ 33, investimentos em debêntures no valor de R\$ 6, R\$ 7 e R\$ 7 e investimentos em ações de partes relacionadas no valor de R\$ 8, R\$ 7 e R\$ 6, respectivamente. Eles também incluem em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, R\$ 402, R\$ 338 e R\$ 292 de títulos e valores mobiliários do Governo Federal. Os ativos dos planos de pensão da Vale Canadá Limited estão em títulos e valores mobiliários do Governo do Canadá e em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, montam R\$ 42, R\$ 42 e R\$ 51, respectivamente. Os ativos dos planos da Vale Fertilizante, Ultrafertil e Vale Fosfatados em 31 de dezembro de 2010, estão em títulos e valores mobiliários do Governo do Federal no valor de R\$ 15.

III. Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no final do exercício	(351)	(512)	(145)	(276)	(477)	(132)	(248)	(494)	(145)
Valor justo dos ativos no final do exercício	541	450	1	418	414	1	345	409	1
Valor líquido dos (ganhos) e perdas não reconhecidos no balanço	-	(3)	4	-	(4)	1	-	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	(190)	-	-	(142)	-	-	(97)	-	-
Total	190	(65)	(140)	142	(67)	(130)	97	(85)	(144)
Ativo/(Passivo) atuarial líquido provisionado:									
Circulante	-	(9)	(9)	-	(9)	(8)	-	(8)	(9)
Não Circulante	-	(56)	(131)	-	(58)	(122)	-	(77)	(135)
Ativo/(Passivo) atuarial líquido provisionado	-	(65)	(140)	-	(67)	(130)	-	(85)	(144)

(*) A VALE não registrou em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial de planos superavitários, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o parágrafo 58 (b) do CPC 33.

IV. Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

	2010			2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Custo do serviço corrente	-	6	3	-	6	2
Juros sobre as obrigações atuariais	33	37	10	27	38	10
Rendimento esperado dos ativos	(55)	(34)	-	(41)	(29)	-
Amortizações e (ganhos) e perdas líquidas	(23)	2	1	(31)	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58 (b)	45	-	-	45	-	-
Total dos custos (receitas), líquidos	-	11	14	-	15	12

(*) A VALE não registrou em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial de planos superavitários, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o parágrafo 58 (b) do CPC 33.

V. Hipóteses Atuariais e Econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto	11.30% a.a.	11.30% a.a.	11.30% a.a.	11.08% a.a.	11.08% a.a.	11.08% a.a.	11.28% a.a.	11.28% a.a.	11.28% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	12.00% a.a.	11.50% a.a.	-	12.00% a.a.	11.50% a.a.	-	12.22% a.a.	13.50% a.a.	-
Taxa de crescimento dos salários e encargos – até 47 anos	8.15% a.a.	8.15% a.a.	-	7.64% a.a.	7.64% a.a.	-	7.12% a.a.	7.12% a.a.	-
Taxa de crescimento dos salários e encargos – após 47 anos	5.00% a.a.	5.00% a.a.	-	4.50% a.a.	4.50% a.a.	-	4.00% a.a.	4.00% a.a.	-
Inflação	5.00% a.a.	5.00% a.a.	5.00% a.a.	4.50% a.a.	4.50% a.a.	4.50% a.a.	4.00% a.a.	4.00% a.a.	4.00% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	-	-	8.15% a.a.	-	-	7.63% a.a.	-	-	7.12% a.a.

Brasil

	Exterior					
	Em 31 de dezembro de 2010		Em 31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto	6.21% a.a.	5.44% a.a.	6.21% a.a.	6.20% a.a.	5.58% a.a.	7.32% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	7.02% a.a.	6.50% a.a.	7.00% a.a.	6.23% a.a.	6.99% a.a.	7.35% a.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos – até 47 anos	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.12% a.a.	3.58% a.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos – após 47 anos	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.12% a.a.	3.58% a.a.
Inflação	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	-	5.92% a.a.	-	6.04% a.a.	-	6.19% a.a.

VI. Ativos dos planos

Planos Brasileiros

A política de investimentos dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia, para os trabalhadores brasileiros esta baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo, retornos esperados e gestão de ativos e passivos apresentados no Relatório de Avaliação Atuarial preparado pelas consultorias atuariais externas. Foi elaborada uma política de investimentos para cada plano como resultado deste estudo de alocação estratégica.

As alocações dos ativos dos planos, dos fundos de pensão locais cumprem regulamentação emitida pelo CMN Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN 3792/09). Os investimentos podem ser feitos em seis diferentes classes de ativos, definidos como segmentos por lei, como segue: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados (investimentos alternativos e projetos de infraestrutura), investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes (empréstimos).

As políticas de investimento dos planos são aprovadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e dois Comitês de Investimentos. Os gestores de carteira internos e terceirizados estão autorizados a implementar a política de investimentos no âmbito das limitações impostas pelo Comitê Deliberativo e pelos Comitês de Investimentos.

O fundo de pensão dispõe de um processo de gestão de riscos com políticas estabelecidas que visa identificar, medir e controlar todo tipo de risco a que estão expostos os planos de benefícios, tais como: risco de mercado, de liquidez, de crédito, operacional, sistêmico e legal.

Planos no exterior

A estratégia para cada um dos planos de pensão patrocinado pela Vale Canadá Limited é baseada em uma combinação de práticas locais e as características específicas dos planos de pensão em cada país, incluindo a estrutura do passivo, o risco versus comércio é recompensado entre diferentes classes de ativos e a liquidez necessária para satisfazer pagamentos de benefícios.

Ativos dos planos de pensão superavitários

Planos Brasileiros

O Plano de Benefício Definido, administrados pela Valia, tem a maior parte de seus ativos alocados em renda fixa, principalmente em títulos federais de longo prazo e títulos privados, ambos indexados a inflação com o objetivo de reduzir a volatilidade do ativo e do passivo. A alocação alvo para estes investimentos é de 55% do total dos ativos. Esta estratégia de investimentos, quando considerada em conjunto com o segmento de operações com participantes (empréstimos), visa constituir uma proteção dos passivos do plano contra os riscos de inflação e volatilidade da relação ativo e passivo. Os 65 segmentos ou classes de ativos têm os seus alvos de alocação, como segue: investimento em renda fixa – 52%; investimentos em renda variável – 28%; investimentos estruturados – 6%; investimentos no exterior – 2%; imóveis 7% e operações com participantes (empréstimos) – 5%.

A política de investimento tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, receita e valorização de longo prazo, através da combinação de todas as classes de ativos acima descritas para cumprir suas obrigações com o nível adequado de risco. Este plano teve um rendimento médio nominal de 20,87%a.a, nos últimos 11 anos. O Plano de Benefício Definido administrado pela Petros, também possui a maior parte de seus ativos alocados em renda fixa, principalmente em títulos federais de longo

prazo e títulos privados, ambos indexados a inflação com o objetivo de reduzir a volatilidade do ativo e do passivo. A alocação alvo para estes investimentos é de 63% do total do ativo.

A política de investimentos tem o objetivo de alcançar uma adequação das receitas e valorização de longo prazo, visando constituir uma proteção dos passivos em relação aos riscos de inflação e volatilidade entre ativo e passivo do plano. O rendimento médio nominal esperado dos ativos do plano é de 12,96%a.a. Os alvos de classe de ativos estão assim representados: investimentos em renda fixa – mínimo 30% e máximo de 70%; investimentos em renda variável – mínimo 15% e máximo de 50%; investimentos estruturados – mínimo 2,5% e máximo de 15%; investimentos no exterior – mínimo 0% e máximo de 3%; investimentos em imóveis – mínimo 1,5% e máximo de 8%; e empréstimos a participantes – mínimo 0% e máximo de 15%.

Planos superavitários por categoria de ativo

	Em 31 de dezembro de 2010				Em 31 de dezembro de 2009				1º de janeiro de 2009			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	8	8	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Títulos em ações - líquido	128	128	-	-	118	118	-	-	56	56	-	-
Títulos em ações - não líquido	7	-	7	-	6	-	6	-	15	-	15	-
Título de dívida de corporações	22	-	22	-	12	-	12	-	13	-	13	-
Título de dívida de instituições financeiras	19	-	19	-	19	-	19	-	17	-	17	-
Título de dívida do governo	205	205	-	-	154	154	-	-	128	128	-	-
Fundo de investimento em renda fixa	156	156	-	-	141	141	-	-	134	134	-	-
Fundo de investimento em ações	49	49	-	-	40	40	-	-	21	21	-	-
Fundo de investimento internacionais	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	12	-	-	12	9	-	-	9	9	-	-	9
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimento imobiliário	28	-	-	28	23	-	-	23	20	-	-	20
Empréstimo de participantes	18	-	-	18	16	-	-	16	24	-	-	24
Total	656	548	48	60	539	454	37	48	437	339	45	53
Fundos não relacionados aos planos de risco	(116)	-	-	-	(121)	-	-	-	(92)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	540				418				345			

Mensuração de ativos dos planos superavitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado – nível 3

	Em 31 de dezembro de 2010					Em 31 de dezembro de 2009					1º de janeiro de 2009				
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendi-mentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendi-mentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendi-mentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total		
Início do exercício	9	-	23	16	47	9	20	24	53	7	18	15	41		
Retorno atual dos ativos do plano	-	-	4	2	7	3	2	3	8	1	3	4	7		
Consolidação inicial de novas aquisições	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	(2)	(1)	-	(3)		
Ativos vendidos durante o exercício	-	-	(2)	(7)	(10)	(5)	2	-	(3)	3	-	-	3		
Ativos comprados e liquidados	4	-	2	6	13	2	-	(11)	(9)	-	-	-	-		
Transferências entre níveis	-	2	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Final do exercício	13	2	25	17	57	9	23	16	48	9	20	19	48		

Para os planos administrados pela Valia, os ativos classificados no nível 3, estão como segue:

A meta de retorno para investimentos estruturados em 2011 é de 11,51%a.a. A alocação alvo para o plano de benefício definido (BD) é de 6%, com uma variação entre 2% e 10%. Estes investimentos têm um horizonte de longo prazo e baixa liquidez com o objetivo de se beneficiar do crescimento econômico brasileiro, sobretudo no setor de infraestrutura. Normalmente o valor justo dos ativos sem liquidez é estabelecido considerando o custo de aquisição ou valor patrimonial. Alguns fundos podem, alternativamente, utilizar as seguintes metodologias de apuração: análise do fluxo de caixa descontado ou análise com base em múltiplos.

A meta de retorno para as operações com participantes (empréstimos) em 2011 é de 16,05%a.a. O valor justo destes ativos inclui provisões para empréstimos não pagos, de acordo com o regulamento do fundo de pensão local.

A meta de retorno para os ativos imobiliários em 2011 é de 12,87%a.a. O valor justo destes ativos é considerado valor contábil. Contratamos empresas especializadas em avaliação de imóveis que não atuam no mercado como corretores. Todas as técnicas de avaliação seguem o regulamento do local.

Para os planos administrados pelo Petros os ativos classificados no nível 3, estão como segue:

A meta de retorno para investimentos em imóveis para 2011 é de 10,01% a.a. A alocação alvo é de 4,75%, com uma variação entre 1,5% e 8%.

A meta de retorno para operações com participantes para 2011 é de 10,77% a.a. A alocação alvo é de 7,50%, com uma variação entre 0% e 15%.

Ativos dos planos de pensão deficitários

Planos Brasileiros

O Plano Vale Mais tem obrigações com características dos planos de benefício definido e planos de contribuição definidas. A maior parte dos investimentos está em renda fixa. Para reduzir a volatilidade dos componentes do ativo e do passivo da parcela com características de benefícios definidos, deste plano, também foi implementada uma estratégia de investimentos utilizando títulos federais de longo prazo e títulos privados indexados à inflação. A alocação alvo para esta estratégia é de 55% dos ativos deste sub-plano. A alocação alvo do plano Vale Mais para os segmentos ou classes de ativos é a seguinte: renda fixa – 59%; renda variável 24%; investimentos estruturados – 2%; investimentos no exterior – 1%; imóveis – 4% e operações com participantes (empréstimos) – 10%.

A parcela com características contribuição definida do Plano Vale Mais oferece três opções de combinação de classes de ativos que podem ser escolhidas pelos participantes. As opções incluem: 100 % em renda fixa, 80% de renda fixa e 20% renda variável e 65% de renda fixa e 35% renda variável. As opções de renda fixa incluem operações com participantes (empréstimos). A gestão da renda variável é feita através de fundo de investimento que tem o Índice Bovespa como referência.

A política de investimentos tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, de receita e valorização de longo prazo, através da combinação de todas as classes de ativos acima descritos para cumprir suas obrigações e metas, com o nível adequado de risco. Este plano teve um rendimento médio nominal de 15,67 % a.a. nos últimos 7 anos.

A obrigação com o plano de abono complementação tem sua alocação exclusiva em títulos de renda fixa. Também foi implementada uma estratégia de investimentos utilizando títulos federais de longo prazo e títulos privados indexados à inflação, com o objetivo de minimizar a volatilidade do ativo e do passivo e reduzir o risco de inflação.

A política de investimentos tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, da receita e valorização de longo prazo, para cumprir suas obrigações com o nível adequado de risco. Este plano teve um rendimento médio nominal de 16,28% a.a. nos últimos 5 anos.

Planos no exterior

Para todos os planos de pensão, exceto a PT International Nickel Indonésia Tbk (anteriormente PT Inco), a meta de alocação dos ativos é de 60% em investimentos em ações e 40% em investimentos de renda fixa, com todos os valores mobiliários negociados nos mercados públicos. Investimentos em renda fixa estão em títulos nacionais para o mercado de cada plano, e envolve uma mistura de títulos do governo e títulos de corporações. Os investimentos em ações são essencialmente de natureza global e envolvem uma mistura de grandes, médias e pequenas empresas de capitalização, com um investimento modesto explícito em ações nacionais para cada plano. Os planos canadenses também usam uma estratégia de proteção cambial “hedge” (cada um que desenvolveu exposição cambial de 50% é coberto), devido ao grande risco de títulos estrangeiros. Para a PT International Nickel Indonésia Tbk, a meta de alocação de investimento em ações é de 20% e o restante em renda fixa, com a grande maioria desses investimentos que estão sendo feitas dentro do mercado interno.

Planos deficitários por categoria de ativo

	Em 31 de dezembro de 2010				Em 31 de dezembro de 2009				1º de janeiro de 2009			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes	5	2	3	-	3	1	2	-	5	2	3	-
Contas a receber	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos em ações - líquido	156	156	-	-	151	151	-	-	120	120	-	-
Títulos em ações - não líquido	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Título de dívida de corporações	5	-	5	-	4	-	4	-	9	-	-	9
Título de dívida de instituições financeiras	12	-	12	-	6	-	6	-	5	-	-	5
Título de dívida do governo	76	36	40	-	67	28	40	-	76	29	-	48
Fundo de investimento em renda fixa	174	105	70	-	165	94	71	-	164	75	-	90
Fundo de investimento em ações	63	30	34	-	60	27	33	-	64	17	-	46
Fundo de investimento internacionais	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	1	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	1
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimento imobiliário	4	-	-	4	2	-	-	3	1	-	-	1
Empréstimo de participantes	15	-	-	15	13	-	-	13	7	-	-	7
Total	515	332	164	20	472	301	156	17	453	243	202	9
Fundos não relacionados aos planos de risco	(66)	-	-	-	(58)	-	-	-	(45)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	449				414				408			

Mensuração de ativos dos planos deficitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado – nível 3

	Em 31 de dezembro de 2010			
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
Início do exercício	1	3	12	16
Retorno atual dos ativos do plano	-	-	2	-
Consolidação inicial de novas aquisições	-	-	-	2
Ativos vendidos durante o exercício	-	-	(5)	-
Ativos comprados e liquidados	1	1	6	(5)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	7
Final do exercício	2	4	15	20

A meta de retorno para investimentos estruturados em 2011 é de 11,51%a.a. A alocação alvo para o Plano Vale Mais é de 2%, com uma variação entre 1% e 10%. Estes investimentos têm um horizonte de longo prazo e baixa liquidez com o objetivo de se beneficiar do crescimento econômico brasileiro, sobretudo no setor de infraestrutura. Normalmente o valor justo dos ativos sem liquidez é estabelecido considerando o custo de aquisição ou valor patrimonial. Alguns fundos podem, alternativamente, utilizar as seguintes metodologias de apuração: análise do fluxo de caixa descontado ou análise com base em múltiplos.

A meta de retorno para as operações com participantes (empréstimos) em 2011 é de 16,05 % a.a. O valor justo destes ativos inclui provisões para empréstimos não pagos, de acordo com o regulamento do fundo de pensão local.

A meta de retorno para os ativos imobiliários em 2011 é de 12,89 % a.a. O valor justo destes ativos é considerado valor contábil. Contratamos empresas especializadas em avaliação de imóveis que não atuam no mercado como corretores. Todas as técnicas de avaliação seguem o regulamento do local.

Ativos dos outros benefícios deficitários

Planos no exterior

Outros benefícios deficitários por categoria de ativo

Ativos por categoria	Em 31 de dezembro de 2010		Em 31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Total	Nível 1	Total	Nível 1	Total	Nível 1
Caixa e equivalente	1	1	1	1	1	1

Desembolso do fluxo de caixa futuro

A Vale espera desembolsar no exercício de 2011 com os planos de pensão e outros benefícios, R\$ 13 no consolidado.

Estimativa de pagamento de benefícios futuros

A tabela a seguir apresenta a expectativa de pagamentos de benefícios, que refletem serviços futuros, como segue:

	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Total
2011	27	40	8	73
2012	28	41	9	75
2013	30	41	9	77
2014	31	42	10	79
2015	33	42	10	81
2016 em diante	183	220	51	374

Plano de participação nos resultados

A Vale, baseada no Programa de Participação nos Resultados - PPR possibilita definição, acompanhamento, avaliação e reconhecimento do desempenho coletivo e individual de seus empregados.

A Participação nos Resultados na Companhia para cada Empregado é apurada individualmente de acordo com o alcance de metas previamente estabelecidas por blocos de Indicadores conforme desempenho: da Companhia, do Departamento ou Unidade de Negócios, da Equipe, individual, e relativo às competências individuais. A contribuição de cada bloco de desempenho na pontuação dos empregados é discutida e acordada, a cada exercício, entre a Vale e entidades sindicais que representam os seus empregados.

Plano de incentivos de longo prazo

Com o objetivo de incentivar a visão de “acionista”, além de elevar a capacidade de retenção dos executivos e reforçar a cultura de desempenho sustentado, o Conselho de Administração aprovou um Plano de Remuneração a Longo Prazo para alguns dos seus executivos, que foi implementado para ciclos de 3 anos.

De acordo com os termos do plano, os participantes, restrito a certos executivos, podem alocar uma parte de seus bônus anuais ao plano. A parte do bônus alocada ao plano é usada pelo executivo para comprar ações preferenciais da Vale, através de uma instituição financeira previamente definida em condições de mercado e sem nenhum benefício fornecido pela Vale.

As ações compradas pelo executivo não têm restrições e podem, de acordo com critérios próprios de cada participante, ser vendidas a qualquer momento. Contudo, as ações precisam ser mantidas por um período de três anos e os executivos precisam manter seu vínculo empregatício com a Vale durante esse período. O participante passa, desta forma a ter o direito de receber da Vale, um pagamento em caixa equivalente ao montante de ações detidas baseado em cotações de mercado. O total de ações vinculadas ao plano em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é 2.458.627 e 1.809.117, respectivamente.

Adicionalmente, certos executivos elegíveis ao incentivo de longo prazo, têm a oportunidade de receber no final de um ciclo de três anos um valor monetário equivalente ao valor de mercado de um determinado número de ações baseados na avaliação de suas carreiras e fatores de desempenho medidos como um indicador de retorno total aos acionistas.

A Vale contabilizou o custo da compensação provido aos nossos executivos que estão sob esse plano de compensação de incentivo de longo prazo conforme requerimentos do CPC 10 “Pagamentos baseados em ações”. Os passivos são mensurados a valor justo na data de cada emissão do relatório,

baseados em taxas do mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos pelo período aquisitivo definido de três anos. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, reconheceu uma provisão de R\$ 12 e R\$ 9, respectivamente, no resultado.

26. Riscos Operacionais e Seguros

VALE

Riscos Operacionais

A VALE possui um amplo programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de uma apólice do tipo *All Risks*. Este programa contempla inspeções e treinamentos *in loco* utilizando-se da estrutura de vários comitês de risco espalhados pela VALE, suas controladas e coligadas. A VALE procura alinhar os riscos em todas as áreas, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando nos mercados nacional e internacional coberturas compatíveis com uma Companhia do seu porte.

Outros Seguros

Visando a adequada mitigação dos riscos, a VALE contrata vários tipos diferentes de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários. As coberturas destas apólices são contratadas em linha com a Política de Gestão de Riscos Corporativos e similares aos seguros contratados por outras companhias da indústria de mineração. Entre os instrumentos de gestão, a VALE utiliza desde 2002 uma resseguradora cativa e que lhe permite a contratação de seguros em bases competitivas bem como o acesso direto aos principais mercados internacionais de seguro e resseguro.

A gestão de seguros é realizada na VALE com o apoio dos comitês de seguros existentes nas diversas áreas operacionais da VALE e que são compostos por vários profissionais destas unidades.

27. Outras Informações

a) Outras Obrigações, no Consolidado Holding, referem-se, basicamente, as frações de ações do grupamento deliberado na AGE de 30 de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na BOVESPA em 14 de julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas e montam R\$ 26 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 26 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 26).

b) Despesas Gerais e Administrativas no Consolidado Holding referem-se a Despesas de Pessoal no montante de R\$ 5 (2009 – R\$ 3) e Outras Despesas Gerais e Administrativas no montante de R\$ 11 (2009 – R\$ 18).

c) Resultado Financeiro - (Consolidado Holding)

	2010	2009
Receita de aplicações financeiras	22	28
Despesas de juros sobre notas promissórias comerciais	-	(46)
Despesas de juros sobre debêntures	(80)	(64)
Outros	(3)	(2)
Total	(61)	(84)

d) Outras Receitas (Despesas) Operacionais - (Consolidado Holding)

	2010	2009
Despesas tributárias	(36)	(20)
Outros	-	(3)
Total	(36)	(23)

e) Resultado na Alienação de Investimentos no Consolidado Holding refere-se à venda de 16.600.000 ações da CPFL Energia em maio/2009;

- f) Receitas de Dividendos, no Consolidado Holding e Total, referem-se aos dividendos recebidos da CPFL Energia S.A., no montante de R\$ 75 (2009 – R\$ 83); e
- g) As ações preferenciais resgatáveis registradas na Controladora e Consolidado Holding, possuem as seguintes características: (i) não terão direito a voto nas assembleias gerais da Valepar, exceto nas hipóteses previstas em lei; (ii) farão jus a juros fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, correspondentes a uma taxa pré-fixada de 16% a.a.; (iii) são resgatáveis semestralmente entre 05 de maio de 2011 e 05 de novembro de 2015; (iv) não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

28. Eventos Subsequentes

Em 28 de fevereiro de 2011, a Bradespar anunciou a distribuição mínima de US\$ 300 milhões para o corrente exercício, correspondente a US\$0.805909066 por ação ordinária e US\$0.886499973 por ação preferencial. O pagamento será feito em duas parcelas semestrais de US\$ 150 milhões, nos dias 13.5 e 14.11.2011, convertidas em moeda corrente nacional pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração previstas para os dias 28.04 e 31.10.2011.

29. Consolidado Holding

Adicionalmente, estamos apresentando as Demonstrações Contábeis da BRADESPAR e suas controladas holdings, ANTARES, BRUMADO e MILLENNIUM (CONSOLIDADO HOLDING) em 31 de dezembro:

1. Balanço Patrimonial

				Em Reais Mil			
ATIVO	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009 (I)	1º de janeiro de 2009 (I)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009 (I)	1º de janeiro de 2009 (I)
CIRCULANTE	1.530.220	1.233.455	1.793.571	CIRCULANTE	1.138.439	271.832	1.685.244
Caixa e Equivalentes de Caixa	173.529	289.327	481.812	Salários e Encargos Sociais	31	31	43
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.041.161	892.316	1.210.906	Impostos, Taxas e Contribuições	44	43	104
Dividendos/JCP a Receber	106.433	51.812	100.828	Debêntures a Pagar	760.530	144.428	-
Ações Preferenciais Resgatáveis	209.097	-	-	Notas Promissórias a Pagar	-	-	1.488.474
Outros Valores	-	-	25	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	325.763	99.626	168.615
				Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	25.238	1.018	-
				Outras Obrigações	26.833	26.686	28.008
NÃO CIRCULANTE	6.988.514	5.839.716	6.025.639	NÃO CIRCULANTE	602.221	1.200.447	470.490
Realizável a Longo Prazo	1.314.213	1.496.282	1.490.787	Provisão para Contingências	158.541	120.953	99.958
Tributos a Compensar ou a Recuperar	112.240	85.221	78.194	Debêntures a Pagar	-	686.421	-
Imposto de Renda e Contribuição e Contribuição Social Diferidos	35.002	35.002	35.002	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	443.680	393.073	370.532
Ações Preferenciais Resgatáveis	1.166.819	1.375.916	1.375.916				
Depósitos judiciais	152	143	1.675				
Investimentos	5.674.268	4.343.383	4.534.784	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.778.074	5.600.892	5.663.476
Imobilizado	33	51	67	Capital Social	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Intangível	-	-	1	Ajuste de Avaliação Patrimonial	351.211	361.447	1.057.840
				Reservas de Lucros	3.426.863	2.235.751	1.605.759
				Lucros Acumulados	-	5.156	1.339
				Ações em Tesouraria	-	(1.462)	(1.462)
TOTAL	8.518.734	7.073.171	7.819.210	TOTAL	8.518.734	7.073.171	7.819.210

2. Demonstração do Resultado

	Em Reais Mil	
	2010	2009 (I)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	1.785.598	1.078.140
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.575.536	407.771
Juros Ações Preferenciais Resgatáveis	248.186	232.293
Resultado na Alienação de Investimentos	-	483.245
Receitas de Dividendos	75.167	82.984
Despesas Gerais e Administrativas	(16.242)	(21.206)
Resultado Financeiro	(61.301)	(84.386)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(35.748)	(22.561)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.785.598	1.078.140
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(25.792)	(115.737)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.759.806	962.403

3. Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Reais Mil	
	2010	2009 (I)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.759.806	962.403
Outros Resultados Abrangentes		
Ajustes Acumulados de Conversão de Moedas	(34.851)	(516.363)
Ganho não Realizado em Investimentos Disponíveis para Venda	100.406	(175.906)
Hedge de Fluxo de Caixa	(579)	1.203
Resultado de Operações com Minoritários de Controlada	(73.186)	-
Efeito de Impostos sobre Ajustes ao Resultado Abrangente	(2.026)	(5.327)
Total dos Outros Resultados Abrangentes	(10.236)	(696.393)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.749.570	266.010

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

		Em Reais Mil	
		2010	2009 (I)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.785.598	1.078.140
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO ANTES DOS IMPOSTOS:			
Depreciação		18	30
Resultado na Alienação de Investimentos		-	(483.245)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas		75.840	36.290
Juros Ações Preferenciais Resgatáveis		(35.293)	(34.462)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.575.536)	(407.771)
Dividendos Recebidos de Investimento Avaliado ao Custo		(75.167)	(82.984)
Provisão para Contingências		28.160	15.280
Outros		1.233	1.016
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		204.853	122.294
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(210.980)	(207.228)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		12.491	74.756
Dividendos Recebidos		75.167	263.595
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		272.454	147.205
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(183)	(636)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		353.802	399.986
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Alienação de Investimentos		-	531.204
Aquisição de Imobilizado		-	(13)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-	531.191
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:			
Emissão de Notas Promissórias		-	690.000
Liquidação de Notas Promissórias		-	(2.225.064)
Emissão de Debêntures		-	1.410.000
Liquidação de Debêntures		(152.873)	(639.818)
Aquisição de Ações em Tesouraria		(2.858)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(313.869)	(358.780)
Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre o Capital Próprio Pagos			
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(469.600)	(1.123.662)
(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(115.798)	(192.485)
(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	Início do Exercício	289.327	481.812
	Fim do Exercício	173.529	289.327
	Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(115.798)	(192.485)

5. Demonstração do Valor Adicionado

	Em Reais Mil	
	2010	2009 (I)
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITAS	19	483.412
Resultado na Alienação de Investimentos	-	483.245
Outras Receitas	19	167
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(11.271)	(20.578)
Serviços de Terceiros	(8.873)	(15.242)
Outros	(2.398)	(5.336)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(11.252)	462.834
RETENÇÕES	(18)	(30)
Depreciação	(18)	(30)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(11.270)	462.804
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.926.737	759.312
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.575.536	407.771
Juros de Ações Resgatáveis Preferenciais	248.186	232.293
Receitas Financeiras	27.848	36.264
Dividendos Recebidos	75.167	82.984
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.915.467	1.222.116
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	1.915.467	1.222.116
Pessoal	4.301	2.768
Impostos, Taxas e Contribuições	62.148	136.241
Remuneração de Capitais de Terceiros	89.212	120.704
Remuneração de Capitais Próprios	1.759.806	962.403
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	569.530	322.740
Lucros Retidos	1.190.276	639.663

(I) Períodos ajustados pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativo, conforme nota 7.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Antônio Bornia

Membros

Mário da Silveira Teixeira Júnior
João Aguiar Alvarez
Denise Aguiar Alvarez
Luiz Carlos Trabuço Cappi
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
Francisco Ravara Cary

Conselho Fiscal

Efetivos

Ariovaldo Pereira
Marcos Aparecido Galende
Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa

Suplentes

João Batista de Moraes
Marlos Francisco de Souza Araújo
Olidio Aralde Junior

Diretoria

Diretor-Presidente

João Moisés de Oliveira

Diretor

Renato da Cruz Gomes

Oswaldo Tadeu Fernandes
CRC - 1SP271968/O-5